MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL

Município de Lagoa dos Três Cantos/RS
Concorrência Presencial nº15/2026
Tipo de julgamento: MENOR PREÇO
Regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
Modo de disputa: aberto
Processo nº111/2026

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade concorrência, na forma presencial, do tipo menor preço, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A sessão será realizada no seguinte endereço: Sala de Reuniões do Departamento de Licitações do Prédio do Centro Administrativo, localizado na Rua Ervino Petry, n°100, Centro, na cidade de Lagoa dos Três Cantos/RS, no **dia 19 de outubro de 2026, às 8:00 horas**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para **execução de obra de infraestrutura urbana destinada à implantação de sistema de drenagem pluvial em seis trechos do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS**, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, sinalização e demais recursos necessários à completa execução dos serviços previstos nos documentos técnicos.

A intervenção objetiva assegurar a adequada captação, condução e destinação das águas pluviais, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização municipal.

A contratação está vinculada ao Convênio FPE nº 2048/2026, celebrado no âmbito do Programa Drenagem RS, devendo a execução do objeto observar as condições, finalidades, metas, cronograma e demais obrigações aplicáveis aos recursos de transferência estadual vinculados ao empreendimento.

A definição técnica do objeto encontra-se detalhada no Projeto Básico, nos termos do art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, composto pelos projetos, memoriais descritivo e de cálculo, planilha orçamentária,

cronograma físico-financeiro e ART, os quais integram esta contratação. Este Termo de Referência estabelece as condições da contratação, sem substituir o Projeto Básico como instrumento técnico da obra.

1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

1.1. A licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

O MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS
CONCORRÊNCIA Nº15/2026 – FORMA PRESENCIAL
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS
CONCORRÊNCIA Nº15/2026 – FORMA PRESENCIAL
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao agente de contratação, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

2.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

2.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 2.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

2.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo **Estatuto** ou **Contrato Social** em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de **procuração**, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

2.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública da concorrência, o agente de contratação, inicialmente, receberá o envelope nº 01 - Proposta e o envelope nº 02 - Documentação

3.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

3.3. O agente de contratação realizará o credenciamento da interessada, que deverá comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame, além de declarar:

a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Apresentar declaração nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

h) Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação, deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 3(três) dias úteis após a solicitação, devendo a licitante apresentar planilha readequada ao lance final com composição do BDI, encargos sociais (onerado/desonerado) e cronograma físico-financeiro;

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias a contar da data de abertura da sessão da concorrência, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes **DEVERÃO APRESENTAR** suas propostas, com o valor por item e global, o objeto da licitação, com fornecimento de material e de mão-de-obra, detalhamento dos custos por item e totais conforme projetos, planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros, BDI, encargos sociais, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Como **REQUISITO DE PARTICIPAÇÃO** na licitação, será exigida a comprovação da prestação de **GARANTIA DE PROPOSTA** no valor de **1% (um por cento)** do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, correspondente a **R$ 21.110,84 (vinte e um mil, cento e dez reais e oitenta e quatro centavos)**, considerando o valor estimado da contratação de **R$ 2.111.084,27 (dois milhões, cento e onze mil, oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos)**.

4.3.1. A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das seguintes modalidades, à escolha do licitante:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária;

d) Título de Capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.3.2. Na modalidade de caução em dinheiro, a importância deverá ser depositada na conta corrente nº 04.000026.0-6, Agência 0937 – Tapera, do Banco Banrisul (Banco nº 041), de titularidade do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS, CNPJ nº 94.704.277/0001-49.

4.3.3. Caso a licitante opte por caução em dinheiro, mediante depósito, este deverá ser identificado em nome da empresa licitante.

4.3.4. A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme art. 58, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.5. Implicará a execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos exigidos para a contratação quando o licitante for convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, nos termos do art. 58, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

4.3.6. A licitante deverá apresentar o comprovante da garantia da proposta **JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO.**

4.3.7. Quando prestada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, a garantia de proposta deverá ter prazo de validade não inferior ao prazo de validade da proposta previsto no item 4.1. Admite-se a apresentação de garantia única, desde que discriminados os itens a que se refere e observados os valores individualizados por item.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação nesta concorrência, a licitante vencedora deverá apresentar, dentro do envelope nº 2, os seguintes documentos:

5.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: Os documentos que já foram apresentados por conta credenciamento, não serão exigidos no envelope nº 2, de documentação.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358/2002;

g) estar regular perante a Fazenda Pública Municipal do Município de Lagoa dos Três Cantos, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional;

OBS: O documento da letra "f" se já foi apresentado por conta do credenciamento não será exigido no envelope nº 2 – da documentação.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais;

b) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90(noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

c) Documento com o **cálculo da capacidade financeira** da empresa, contendo os seguintes indicadores contábeis com resultado igual ou superior a **1,00**:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizavel a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigivel a longo prazo}}$$

d) Caso as empresas não alcancem os índices (igual ou superior a 1,00), exista a possibilidade de comprovação do capital social ou patrimônio liquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que encontra amparo no Parág. 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

5.3.2. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

5.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.3.4. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.3.4.1. A substituição referida no item 5.3.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.3.5. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

5.4.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional será restrita a:

a) certidão de registro da **empresa** no órgão competente (CREA/CAU);

b) certidão de registro do **responsável técnico** da licitante no órgão competente(CREA/CAU);

c) no mínimo 01 (um) **atestado de capacidade técnica, com o respectivo acervo registrado no CREA/CAU, em nome do profissional indicado como responsável técnico**, que comprove a execução de parcela de maior relevância do objeto, assim considerada a **execução de implantação de sistema de drenagem pluvial urbana *in loco***, admitida a exigência de quantitativo mínimo não superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva parcela, vedadas limitações de tempo ou de locais específicos, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

c.1) O vínculo do responsável técnico com a licitante poderá ser comprovado por contrato social, registro na Carteira de Trabalho, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura. O atestado poderá ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado ou por pessoa física contratante, sendo vedado atestado de fiscalização ou supervisão de obras.

d) Atestar o conhecimento do local e das condições de realização da obra, podendo o licitante, para tanto, optar por uma das seguintes formas:

d.1) realizar vistoria prévia ao local da obra e apresentar o respectivo atestado, emitido pela Prefeitura Municipal, comprovando que o responsável técnico ou representante legalmente autorizado pela empresa compareceu ao local, acompanhado por servidor designado pelo Município; **ou**

d.2) apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, hipótese em que fica dispensada a vistoria, nos termos do art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

d.3) Caso o licitante opte pela vistoria, esta deverá ser **agendada previamente** pelo telefone (54) 3392-1082 e **realizada até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura das propostas**, disponibilizando a Administração data e horário diferentes para os eventuais interessados, nos termos do art. 63, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

d.4) O não atendimento ao disposto neste item, por qualquer das formas admitidas nas alíneas "d.1" ou "d.2", **ensejará a inabilitação** do licitante.

5.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.5.1. Aplicam-se ao presente processo licitatório as disposições constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.6. DO CADASTRAMENTO PRÉVIO

5.6.1. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.6.2. A substituição referida no item 5.6.1. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.6.3. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado,

o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.7. SUBSTITUIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS

5.7.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.7.2. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.7.3. A Habilitação será realizada por meio de protocolo junto a Prefeitura Municipal.

5.8. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, pelos motivos consignados no processo administrativo.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo das obras, pessoa física ou jurídica;

b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, nos termos do art. 14, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de

interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.1. Do critério de aceitabilidade de preços. Não serão aceitas propostas cujo **preço global** seja superior ao valor máximo estimado pela Administração para a contratação, nem que apresentem **preços unitários superiores aos constantes da planilha orçamentária de referência**.

7.2.2. Da exequibilidade. Em se tratando de obra de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de presunção relativa. Antes de eventual desclassificação, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a exequibilidade da proposta, mediante apresentação de planilhas de composição de custos, cotações e demais elementos, no prazo fixado pela Comissão de Contratação.

7.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no presente edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com este instrumento convocatório.

7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.6. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.6.1.Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado desempate na forma de sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.6.2. Os licitantes poderão oferecer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

7.6.3. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 20 (vinte) segundos para apresentar nova proposta.

7.6.4.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** da proposta de menor valor, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7.6.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

7.6.6.O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo agente de contratação, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Encerrada etapa de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que trata o item 3.3, alíneas "d" e "e" deste Edital;

8.1.1.Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada no ato da licitação para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

8.1.3. O disposto no item 8.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2. Se não houver licitante que atenda ao item 8.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o agente de contratação deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

9.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo agente de contratação, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3, alínea "h", deste Edital.

9.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

9.3.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar, no prazo fixado pela Comissão de Contratação, a planilha orçamentária readequada ao valor final do lance, mantidos os quantitativos de referência e sem que qualquer preço unitário supere o da planilha da Administração, acompanhada da composição do BDI, dos encargos sociais e do cronograma físico-financeiro correspondente.

9.3.2. Da garantia adicional. Nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, quando o valor da proposta vencedora, for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida, como condição para a assinatura do contrato, garantia adicional igual à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta, prestada em qualquer das modalidades do art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da garantia de execução prevista no item 15.

9.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

9.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.6. Constando o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

10. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 2.1, todos deste edital, serão examinados pelo agente de contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

10.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

10.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

10.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.3, alíneas "d" e "e", deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

10.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

11. RECURSO

11.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

11.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.3 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 11.1 do presente Edital,

serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

13.1. O adjudicatário será convocado para assinar o termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação, sob pena das sanções previstas neste edital, condicionada a assinatura à prévia prestação da garantia de execução na forma do item 15.

13.1.1 Na hipótese de opção pelo seguro-garantia, observar-se-á o prazo mínimo de 1 (um) mês previsto no item 15.4.

13.2. O prazo de **convocação** poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 13.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

13.7. A regra prevista no item 13.6 se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do item 13.5.

14. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

15. DA GARANTIA

15.1. Será exigida do vencedor da licitação **GARANTIA CONTRATUAL DE 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL DO CONTRATO**, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, conforme regulamentação aplicável.

15.2. Na modalidade de caução em dinheiro, a importância deverá ser depositada na conta corrente nº 04.000026.0-6, Agência 0937 – Tapera, do Banco Banrisul (Banco nº 041), de titularidade do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS, CNPJ nº 94.704.277/0001-49.

15.3. Caso a licitante opte por caução em dinheiro, mediante depósito, este deverá ser identificado em nome da empresa licitante.

15.4. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, o prazo para a prestação da garantia de execução será de, no mínimo, 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Nas demais modalidades, a

garantia deverá ser prestada como condição para a assinatura do contrato, no prazo do item 13.1.

15.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou retribuída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

16. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 5(cinco) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.

16.2. A execução do objeto deverá ser realizada no prazo de **até 4 (quatro) meses**, contado a partir da emissão da respectiva Ordem de Início de Obra pela Administração, observados o cronograma e as demais condições estabelecidas nos documentos técnicos, podendo o prazo ser prorrogado, mediante justificativa e nos termos da legislação aplicável, a critério da Administração.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. A medição e o pagamento observarão a execução das etapas do cronograma físico-financeiro, vinculadas ao cumprimento das metas de resultado nele fixadas, sendo vedada a remuneração orientada por preços unitários ou por quantidades de itens, nos termos do art. 46, § 9º, da Lei nº 14.133/2021. O pagamento de cada etapa concluída será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contado do recebimento da respectiva medição aprovada pela fiscalização, acompanhada da documentação fiscal.

17.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

17.3. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

17.4. A nota fiscal/fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da concorrência, contrato, e Convênio FPE n°2048/2026 a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.5. A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

RECURSOS: 1701/1142- Outras Transferência de convênios ou instrumentos congêneres do Estado/ Drenagem Urbana -Conv.FPE 2048/2026.

ÓRGÃO: 05- Sec.Mun.de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito

UNIDADE: 01- Sec.de Obras e órgãos Subordinados

PROJETO/ATIVIDADE: 17.512.0014.1.087- Implantação de Drenagem Urbana -Conv.FPE 2048/2026

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51- Obras e Instalações (255)

4.4.90.51.99- Outras Obras e Instalações (8078)

18. DO REAJUSTE

18.1. Os valores do objeto da contratação decorrente do processo licitatório serão reajustados com base no índice

IPCA, a contar da data do orçamento estimado, constante na planilha orçamentária.

19.DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O recebimento provisório será formalizado pela fiscalização mediante verificação preliminar no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da comunicação escrita da contratada acerca da conclusão da obra. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada e ocorrerá após a verificação da conformidade da obra com os projetos, memoriais, planilha e condições contratuais, bem como após o saneamento das inconformidades identificadas, subsistindo a responsabilidade da contratada durante o período de garantia legal e contratual no prazo de até 90 (noventa) dias, mediante termo detalhado que ateste a adequação do objeto aos termos contratuais.

19.2. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, bem como ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste Edital as seguintes sanções:

a) advertência, quando a infração não justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa, de natureza compensatória e moratória, aplicada da seguinte forma:

b.1) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto desta licitação, incidente sobre o valor dos bens entregues em atraso, limitada a 10% (dez por cento);

b.2) multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de entrega do objeto desta licitação em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, inexecução parcial ou descumprimento de obrigações contratuais;

b.3) multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução total do objeto desta licitação, recusa injustificada em celebrar ou cumprir a contratação, ou prática de ato que inviabilize a finalidade da contratação.

c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses e prazos:

c.1) Pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, nas hipóteses de: deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar a(o) ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; e ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;

c.2) Pelo prazo de 2 (dois) a 3 (três) anos, nas hipóteses de: dar causa à inexecução parcial da(o) ata/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, aí incluída a entrega do objeto em desconformidade grave com as especificações técnicas da contratação; e dar causa à inexecução total da(o) ata/contrato.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de:

d.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

d.2) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d.4) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d.5) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.**

20.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 20.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista na alínea "b".

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá sua conversão em multa compensatória, nem a aplicação cumulada de outras sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação aplicável.

20.5. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa, ou cobradas judicialmente, quando necessário.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente edital será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "l" do item 20.1 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratação, até (3) três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante protocolo, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua Ervino Petry, 100 – Centro – Lagoa dos Três Cantos/RS, ou ainda pelo e-mail: licitacao@lagoa3cantos.rs.gov.br, limitado ao último dia útil anterior à

data de abertura do certame, nos termos do art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo órgão licitante no seguinte endereço: https://lagoa3cantos.rs.gov.br/publicacoes/editais-de-licitacoes/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Ficam, desde já, os licitantes e demais pessoas informadas de que a sessão pública da licitação será registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

22.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Tapera/ RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Lagoa dos Três Cantos/RS,29 de setembro de 2026.

Nome: Regis Andre Simon
CPF: ***.670.170-**
Assinado com certificado digital avançado

RÉGIS ANDRÉ SIMON
PREFEITO EM EXERCÍCIO

LUIZ ANTONIO BRUNORI:24586250020
Assinado de forma digital por LUIZ ANTONIO BRUNORI:24586250020
Dados: 2026.09.29 20:43:28 -03'00'

ASSESSORA JURÍDICA
OAB/RS 24978
LUIZ ANTONIO BRUNORI

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 21:21:29
Acesse o endereço: https://sl.cidade360.cloud/VwVmq para verificar a autenticidade.

TERMO DE REFERÊNCIA

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito.
RESPONSÁVEL: Jardel Luan Schumann.
PRIORIDADE: Alta.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para execução de obra de infraestrutura urbana destinada à implantação de sistema de drenagem pluvial em seis trechos do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, sinalização e demais recursos necessários à completa execução dos serviços previstos nos documentos técnicos.

A intervenção objetiva assegurar a adequada captação, condução e destinação das águas pluviais, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização municipal.

A definição técnica do objeto encontra-se detalhada no Projeto Básico (art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021), composto pelos projetos, memoriais descritivo e de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e ART, os quais integram esta contratação. Este Termo de Referência estabelece as condições da contratação, sem substituir o Projeto Básico como instrumento técnico da obra.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO PARA IMPLANTAÇÃO DA REDE PLUVIAL NOS TRECHOS 1 A 4.	M²	2302
1	2	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DN 1.000 MM, PARA OS TRECHOS 1 A 4.	M	1151
1	3	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDE COLETORA DE ÁGUAS PLUVIAIS, DN 1.000 MM, JUNTA RÍGIDA, EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS, PARA OS TRECHOS 1 A 4.	M	1151
1	4	EXECUÇÃO DE CAIXA DE INSPEÇÃO PARA DRENAGEM EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS DE 1,00 X 1,50 M, PROFUNDIDADE DE 1,40 M, COM	UN	24

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
		REVESTIMENTO INTERNO EM REBOCO, EXCLUÍDO TAMPÃO, NOS TRECHOS 1 A 4.		
1	5	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, LARGURA ATÉ 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO ARGILO-ARENOSO, NOS TRECHOS 1 A 4.	M³	3700
1	6	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE ATÉ 30 KM, PARA OS TRECHOS 1 A 4.	M² X KM	37000
1	7	REGULARIZAÇÃO MECÂNICA E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO PARA IMPLANTAÇÃO DA REDE PLUVIAL NOS TRECHOS 5 E 6.	M²	904,50
1	8	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DN 600 MM, PARA OS TRECHOS 5 E 6.	M	603
1	9	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDE COLETORA DE ÁGUAS PLUVIAIS, DN 600 MM, JUNTA RÍGIDA, EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS, PARA OS TRECHOS 5 E 6.	M	603
1	10	EXECUÇÃO DE CAIXA DE INSPEÇÃO PARA DRENAGEM EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS DE 1,00 X 1,00 M, PROFUNDIDADE DE 1,40 M, COM REVESTIMENTO INTERNO EM REBOCO, EXCLUÍDO TAMPÃO, NOS TRECHOS 5 E 6.	UN	13
1	11	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, LARGURA ATÉ 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO ARGILO-ARENOSO, EM CAMADAS DE ATÉ 20 CM, APÓS LIBERAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, NOS TRECHOS 5 E 6.	M³	1186
1	12	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE ATÉ 30 KM, PARA OS TRECHOS 5 E 6.	M² X KM	11860

2. JUSTIFICATIVA

O Município de Lagoa dos Três Cantos/RS registra recorrência de enxurradas, alagamentos e acúmulo de águas pluviais em seis trechos do perímetro urbano. A insuficiência dos dispositivos existentes, associada à progressiva impermeabilização do solo, compromete a infiltração natural e provoca sobrecarga da infraestrutura de drenagem, com impactos sobre

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

a circulação urbana, a integridade das vias públicas, os imóveis e as atividades econômicas locais.

A não contratação mantém a população exposta a riscos de interrupção do tráfego, erosões, deterioração de pavimentos, danos materiais, prejuízos econômicos e situações que podem afetar a saúde e a segurança públicas. Os eventos climáticos extremos reconhecidos pelos Decretos Estaduais nº 57.423, de 4 de janeiro de 2024, e nº 57.614, de 13 de maio de 2024, evidenciam a necessidade de medida estrutural destinada à redução da vulnerabilidade urbana diante de chuvas intensas.

A contratação atende ao interesse público ao viabilizar solução integrada para o manejo das águas pluviais, em consonância com a finalidade dos recursos de transferência do Estado do Rio Grande do Sul vinculados ao Programa Drenagem RS.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na execução integrada de obra de infraestrutura para implantação de sistema de drenagem pluvial urbana em seis trechos do Município, totalizando 1.754 metros de rede, destinada à captação e condução das águas pluviais até os pontos de lançamento definidos nos projetos, reduzindo o escoamento superficial, os alagamentos e a sobrecarga das estruturas existentes.

Nos trechos 1 a 4, serão implantados 1.151 metros de tubos de concreto DN 1.000 mm, classe PA-1, associados a 24 caixas de inspeção em alvenaria revestida. Nos trechos 5 e 6, a intervenção compreende a retirada de 57 metros de tubulação existente comprometida, a implantação de 603 metros de tubos de concreto DN 600 mm, classe PA-1, e a execução de 13 caixas de inspeção. A obra abrange mobilização, sinalização, escavação, regularização e preparação das valas, execução de lastro nos locais indicados, assentamento das tubulações, rejuntamento, execução das caixas, reaterro em camadas, compactação, recomposição das áreas afetadas e limpeza final.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos e de escopo

- Execução integral da obra de drenagem pluvial urbana em seis trechos, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o Projeto Básico (projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro) e demais documentos técnicos integrantes da contratação.
- Fornecimento, pela contratada, de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, sinalização, insumos e demais recursos necessários à conclusão do objeto.
- Implantação das redes, caixas de inspeção e demais elementos previstos, incluindo a remoção da tubulação existente comprometida nos locais definidos em projeto.
- Execução dos serviços de escavação, regularização de valas, preparação e compactação do fundo, lastro quando indicado, assentamento das tubulações, rejuntamento, reaterro em camadas, compactação, recomposição das áreas afetadas, limpeza final e destinação adequada dos resíduos.

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

Requisitos normativos e de responsabilidade técnica

- Observância das normas técnicas da ABNT aplicáveis, da legislação de segurança e saúde no trabalho e das Normas Regulamentadoras pertinentes.
- Apresentação de responsabilidade técnica compatível com a execução da obra, inclusive ART ou RRT, antes da primeira medição.
- Correção, sem ônus adicional para a Administração, das inconformidades, defeitos ou falhas atribuíveis à execução, nos prazos definidos pela fiscalização e durante o período de garantia legal e contratual.

5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor foi estabelecida com base na planilha orçamentária e nos documentos técnicos do Projeto Básico, elaborados pelo Departamento de Engenharia, considerando serviços, materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, mobilização, escavações, assentamento das redes, execução das caixas, reaterro, compactação, recomposição das áreas afetadas e demais encargos necessários à execução integral do empreendimento.

O valor global estimado para a contratação é de **R$ 2.111.084,27 (dois milhões, cento e onze mil, oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos)**, correspondente ao valor global do empreendimento, tendo a planilha orçamentária como orçamento de referência. A metodologia e os valores constam do anexo Pesquisa de Preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Regime de execução

A obra será executada sob o regime de empreitada por preço global, com fornecimento, pela contratada, de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, sinalização, insumos e demais recursos necessários à execução integral do objeto. A medição e o pagamento serão associados à execução de etapas do cronograma físico-financeiro, vinculadas ao cumprimento de metas de resultado.

A adoção do regime de empreitada por preço global justifica-se por estar o objeto suficientemente definido e detalhado no Projeto Básico, o que permite a fixação de preço certo e total e a medição por etapas do cronograma físico-financeiro; a planilha orçamentária constitui orçamento de referência e balizará eventuais alterações contratuais, correndo por conta da contratada, no regime global, a variação de quantitativos que não decorra de alteração de projeto.

Prazo de execução

A **obra será executada no prazo máximo de 4 (quatro) meses**, contado na forma estabelecida no contrato e na ordem de serviço, em observância ao cronograma físico-financeiro integrante da contratação.

Execução dos serviços

Os serviços serão desenvolvidos conforme a sequência construtiva prevista nos projetos e no cronograma físico-financeiro, compreendendo a confirmação das áreas de intervenção,

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

a remoção de tubulação existente nos pontos previstos, a escavação e regularização das valas, a preparação do fundo, a execução de lastro quando indicado, o assentamento das tubulações, o rejuntamento, a execução das caixas de inspeção, o reaterro em camadas, a compactação e a recomposição das áreas afetadas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será exercida por gestor e fiscais designados pela Administração, mediante Portaria, com atribuições de acompanhar a execução, registrar ocorrências, verificar o cumprimento das obrigações, aferir as medições, atestar os serviços executados e instruir o recebimento. A fiscalização caberá a servidor público designado, sem prejuízo de eventual apoio técnico especializado.

Indicador	Critério de acompanhamento
Conformidade técnica	Execução compatível com projetos, especificações e orientações da fiscalização.
Avanço físico	Compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro.
Qualidade executiva	Ausência de defeitos, falhas de assentamento, inadequações de compactação ou demais inconformidades.
Segurança e sinalização	Manutenção das medidas de segurança e da sinalização das áreas em obra.
Regularidade documental	Atualização do diário de obra, responsabilidade técnica e documentos vinculados às medições.

As não conformidades serão formalmente comunicadas à contratada, com indicação das providências corretivas e do prazo para saneamento, sem prejuízo do registro no diário de obra e da aplicação de glosas sobre serviços não aceitos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8. ENTREGA, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

A entrega compreenderá a conclusão integral dos serviços, a limpeza das áreas de intervenção, a recomposição das superfícies afetadas e a disponibilização da documentação pertinente. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização mediante verificação preliminar; o recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade da obra com os projetos, memoriais, planilha e condições contratuais, bem como após o saneamento das inconformidades identificadas, subsistindo a responsabilidade da contratada durante o período de garantia legal e contratual.

O pagamento será efetuado por etapas do cronograma físico-financeiro, conforme as metas de resultado atingidas e aceitas pela fiscalização, observadas as condições contratuais, a apresentação da documentação fiscal e a atestação da despesa, incidindo as retenções legais e as glosas relativas a etapas não concluídas ou não aceitas.

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor ocorrerá mediante **concorrência, na forma presencial**, com critério de **julgamento pelo menor preço, apurado pelo valor global da proposta**, e regime de execução por empreitada por preço global, com fornecimento de materiais e mão de obra pela contratada. O julgamento pelo valor global mostra-se adequado em razão da integração técnica e funcional do sistema de drenagem, que demanda responsabilidade única pela execução, qualidade, segurança, mobilização e entrega integral do empreendimento.

A adoção da forma presencial fundamenta-se no art. 176, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que faculta aos Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes, como é o caso de Lagoa dos Três Cantos, a realização de licitações sob a forma presencial durante o período de transição previsto no referido dispositivo. A opção fica motivada pelo cronograma do Convênio FPE nº 2048/2026, que impõe a publicação do instrumento convocatório em prazo exíguo, até 90 (noventa) dias contados do recebimento da primeira parcela, circunstância em que a forma presencial, já dominada pela Administração, contribui para assegurar a tempestividade da contratação e a própria viabilidade do repasse estadual, evitando o risco de perda do prazo conveniado. A adoção da forma presencial não restringe a competitividade, assegurada a ampla divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial do Município, franqueada a participação de qualquer interessado, sem prejuízo da isonomia, da publicidade e da segurança jurídica do certame.

Fica **vedada a participação de empresas em regime de consórcio**, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando as características e a dimensão do objeto. Trata-se de obra de infraestrutura urbana de pequeno/médio porte, com valor global estimado em **R$ 2.111.084,27**, cuja complexidade técnica e capacidade econômico-financeira são compatíveis com a atuação de empresas individuais regularmente estabelecidas no setor de engenharia. A admissão de consórcios, neste caso, não se mostra necessária para viabilizar a execução do objeto, uma vez que os requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira estabelecidos são compatíveis com a dimensão da contratação e suficientes para assegurar a capacidade das licitantes. A vedação busca, ainda, preservar a adequada responsabilização pela execução contratual, simplificar a gestão e a fiscalização pela Administração e evitar a formação de estruturas associativas desnecessárias para a execução do empreendimento, sem prejuízo da competitividade do certame.

Nos termos do art. 17, §§ 2º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública será registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório após o seu encerramento.

A proposta contemplará a execução integral do objeto, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os documentos técnicos que integram a contratação, especialmente o Projeto Básico, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro e as demais especificações aplicáveis.

Habilitação jurídica

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

Será exigida a comprovação da existência jurídica da licitante e, quando cabível, de sua representação, nos termos da legislação aplicável.

Qualificação técnico-profissional

a) certidão de registro da empresa no órgão competente (CREA ou CAU);

b) certidão de registro do responsável técnico da licitante no órgão competente (CREA ou CAU);

c) no mínimo 1 (um) atestado, acompanhado do respectivo acervo técnico expedido pelo CREA ou CAU, em nome do profissional indicado como responsável técnico pela execução, comprovando a execução de obras ou serviços com características semelhantes ao objeto, não sendo admitidos atestados referentes exclusivamente à fiscalização ou à supervisão.

Qualificação técnico-operacional

Será exigido, em nome da licitante (pessoa jurídica), no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, devidamente registrado no CREA ou CAU, comprovando a execução anterior de obra de características semelhantes ao objeto, especialmente quanto à implantação de rede de drenagem pluvial urbana, admitido o somatório de atestados. As exigências observarão os limites e as vedações do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo pertinentes e proporcionais às características e à dimensão do objeto, sem caráter restritivo à competitividade.

Qualificação econômico-financeira

Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei;

b) índices contábeis de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, a serem fixados no edital, admitida, em substituição, a comprovação de patrimônio líquido ou capital social mínimo não superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; e

c) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

Regularidade fiscal, social e trabalhista

Será exigida a comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista da licitante, na forma da legislação aplicável e compatível com o objeto da contratação.

Vistoria Prévia ou Declaração

Considerando que a avaliação prévia dos locais de execução é imprescindível ao conhecimento das condições e peculiaridades da obra, o edital exigirá que o licitante declare que conhece os locais e as condições de realização das obras, assegurado o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

A vistoria, quando realizada, será acompanhada por servidor designado pela Administração Municipal, em data e horário previamente agendados, disponibilizando-se datas e horários

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

diferentes aos eventuais interessados, de modo a evitar o contato entre os concorrentes, na forma do art. 63, § 4º, da Lei nº 14.133/2021. Ao final, será emitido atestado de visita técnica.

Em cumprimento ao art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, será assegurada ao licitante a faculdade de substituir o atestado de visita técnica por declaração formal, assinada pelo seu responsável técnico, de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação e dos locais de execução das obras. Nessa hipótese, o licitante não poderá alegar posteriormente desconhecimento das condições locais para eximir-se das obrigações assumidas ou pleitear alterações contratuais sob esse fundamento.

10. GARANTIAS

Garantia da proposta

É exigida garantia da proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021. A garantia da proposta será prestada, à escolha do licitante, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e será devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Implicará a execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos exigidos para a contratação.

Garantia de execução do contrato

É exigida garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, prestada em uma das modalidades do art. 96, § 1º, da mesma Lei, à escolha do contratado, e mantida em vigor durante toda a execução, com atualização em caso de acréscimo do valor contratual.

A garantia de execução responde pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive multas, prejuízos e demais valores devidos à Administração, e somente será liberada ou restituída após a execução integral do objeto e o recebimento definitivo da respectiva obra.

Garantia da obra (solidez e segurança)

O recebimento definitivo de cada rede não exime a contratada, pelo **prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do recebimento definitivo da respectiva obra**, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da estrutura, nos termos do art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021. Verificado, nesse período, vício, defeito ou incorreção, a contratada fica responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias, sem ônus para a Administração, ressalvadas as hipóteses de causa excludente de responsabilidade legalmente admitidas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta de dotação orçamentária própria do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS, Fonte de Recurso vinculada ao Convênio FPE nº 2048/2026, com a respectiva

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

reserva orçamentária e posterior empenho, em atendimento aos arts. 18, § 1º, e 150 da Lei nº 14.133/2021. Os recursos são integralmente oriundos do Convênio FPE nº 2048/2026 (Programa Drenagem RS), sem contrapartida financeira do Município.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS — VINCULAÇÃO AO CONVÊNIO

O edital, o contrato e os empenhos indicarão expressamente a vinculação ao Convênio FPE nº 2048/2026 (Programa Drenagem RS), os documentos fiscais identificarão o número do convênio (Cláusula 12.1.5). A execução observará o Plano de Trabalho aprovado e a Instrução Normativa CAGE nº 04/2024, inclusive quanto ao acompanhamento e à prestação de contas. O instrumento convocatório será publicado no prazo de até 90 (noventa) dias contados do recebimento da primeira parcela do convênio, de acordo com a Cláusula 7.1.10 do Convênio.

Lagoa dos Três Cantos/RS, 22 de setembro de 2026.

Nome: Jardel Luan Schumann
CPF: ***.058.310-**
Assinado com certificado digital av ançado

Jardel Luan Schumann

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito

Documento assinado digitalmente em 29/09/2026 15:48:53
Acesse o endereço: https://s1.cidade360.cloud/c9nGV para verificar a autenticidade.

ESTUDO HIDROLÓGICO PARA PROJETO DE OBRAS HIDRÁULICAS

REDE PLUVIAL, TRECHOS DE 1 A 6

DADOS DO EMPREENDIMENTO

Município de Lagoa dos Três Cantos

CNPJ94.704.277/0001-49

Curso d´água: Cidade de Lagoa dos Três Cantos

Bacia Hidrográfica: Jacuí

1. INTRODUÇÃO:

O presente documento tem como finalidade orientar a forma de apresentação dos dados finais referentes ao estudo hidrológico e hidráulico, estudos estes elaborados para subsidiar o projeto de drenagem pluvial.

2. APRESENTAÇÃO

Este estudo servira de referência para a elaboração de projeto de prolongamento do sistema de drenagem pluvial com a instalação de bueiros de seção circular localizados em seis pontos distintos do Município de Lagoa dos Três Cantos.

Localização dos trechos:

Trecho 01:

Início: 28°33'48.79"S 52°51'23.90"W; Fim:28°33'54.90"S 52°51'20.53"W

- Extensão: 251 metros
- Largura: 2,00 metros

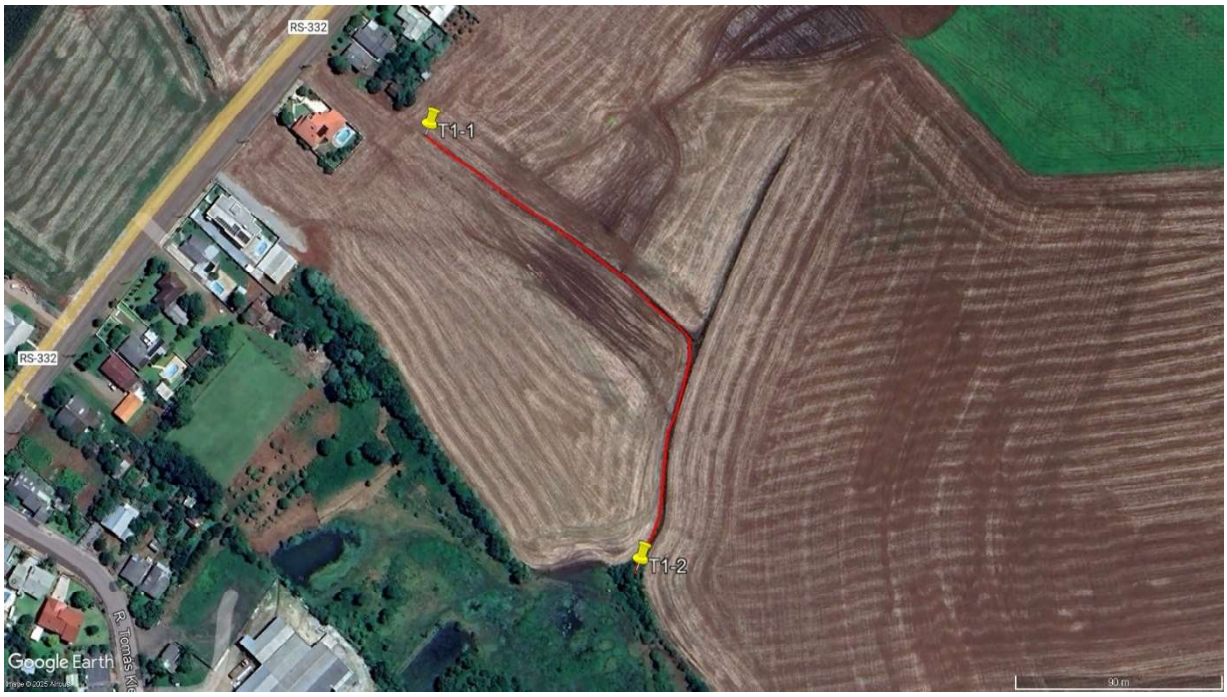


Imagem 01: Trecho 01

Trecho 02:

Início: 28°33'48.10"S 52°51'27.29"W; Fim: 28°33'45.70"S 52°51'29.14"W

- Extensão: 302 metros
- Largura: 2,00 metros



Imagem 2: Trecho 02

Trecho 03:

Início: 28°34'8.26"S 52°51'38.03"W Fim: 28°34'8.13"S 52°51'51.28"W

- Extensão: 362 metros
- Largura: 2,00 metros

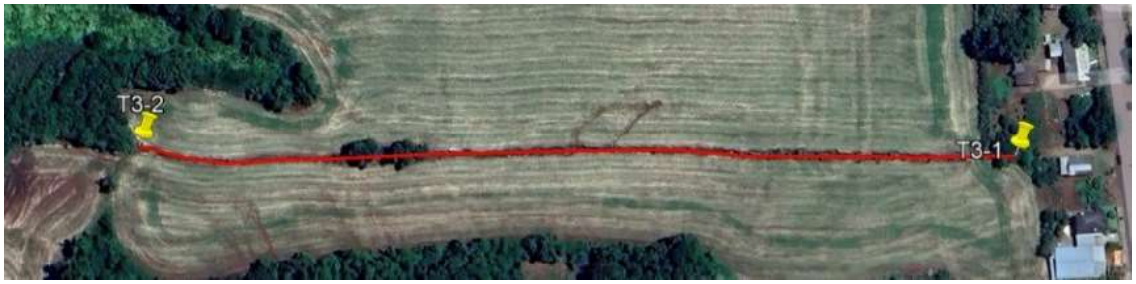


Imagem 3: Trecho 03

Trecho 04:

Início: 28°34'33.15"S 52°51'28.28"W Fim: 28°34'33.05"S 52°51'36.90"W

- Extensão: 236 metros
- Largura: 2,00 metros



Imagem 4: Trecho 04

Trecho 05:

Início: 28°34'35.53"S 52°51'26.46"W Fim: 28°34'44.23"S 52°51'26.95"W

- Extensão: 276 metros
- Largura: 1,50 metros



Imagem 5: Trecho 05

Trecho 06:

Início: 28°34'34.11"S 52°51'25.93"W Fim: 28°34'44.24"S 52°51'26.38"W

- Extensão: 327 metros
- Largura: 1,50 metros



Imagem 6: Trecho 06

3. ESTUDO HIDROLÓGICO E VERIFICAÇÃO HIDRÁULICA

O estudo é composto pelo cálculo da vazão máxima de projeto para a verificação da seção de tubos de concreto armado de drenagem. É apresentada também a localização e o traçado da área de contribuição.

3.1 Descrição de cada área de contribuição

Área Trecho 01: 2,93 hectares

Comprimento do talvegue principal: 522m

Declividade média: 2,5%



Imagem 7: Área de contribuição 01

Área Trecho 02: 2,48 hectares

Comprimento do talvegue principal: 506m

Declividade média: 2,9%

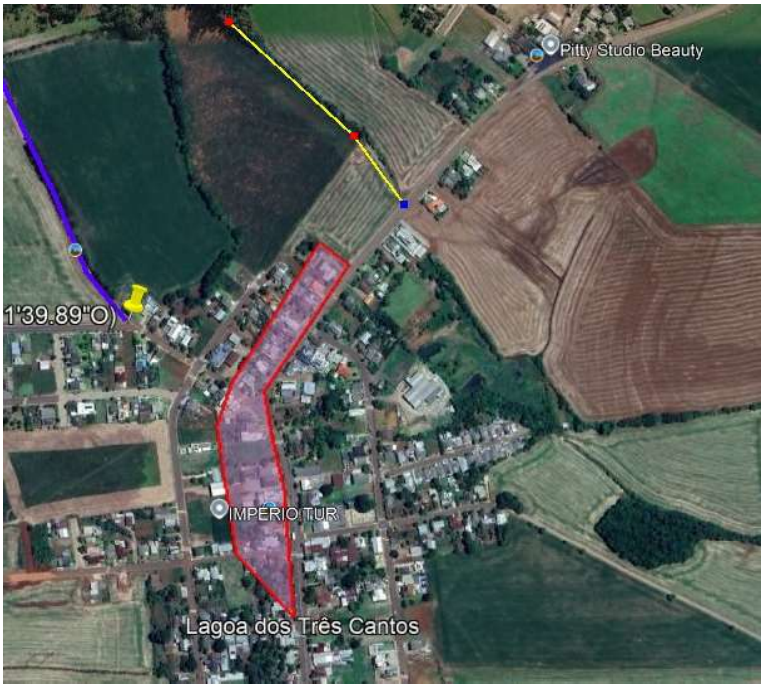


Imagem 8: Área de contribuição 02

Área Trecho 03: 2,37 hectares

Comprimento do talvegue principal: 358m

Declividade média: 3,2%

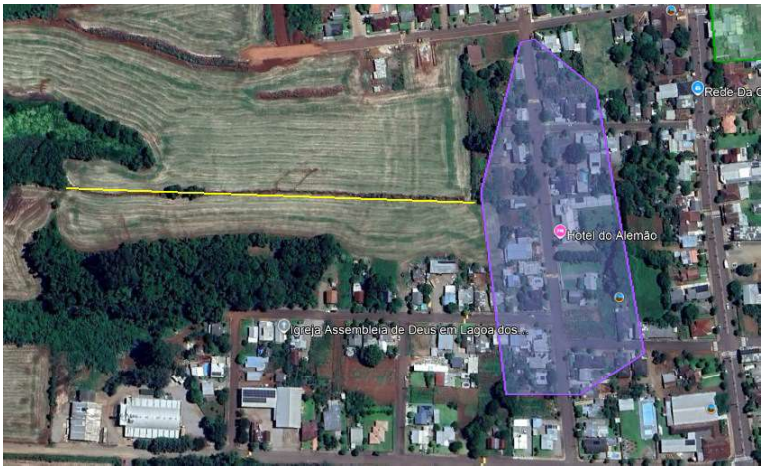


Imagem 9: Área de contribuição 03

Área Trecho 04: 4,22 hectares

Comprimento do talvegue principal: 384m

Declividade média: 1,9%



Imagem 10: Área de contribuição 04

Área Trecho 05: 1,56 hectares

Comprimento do talvegue principal: 276m

Declividade média: 4,6%

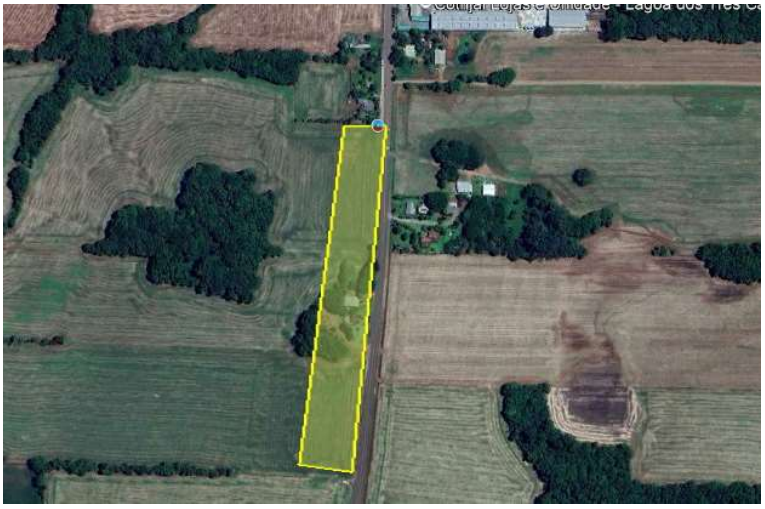


Imagem 11: Área de contribuição 05

Área Trecho 06: 1,65 hectares

Comprimento do talvegue principal: 327m

Declividade média: 4,8%

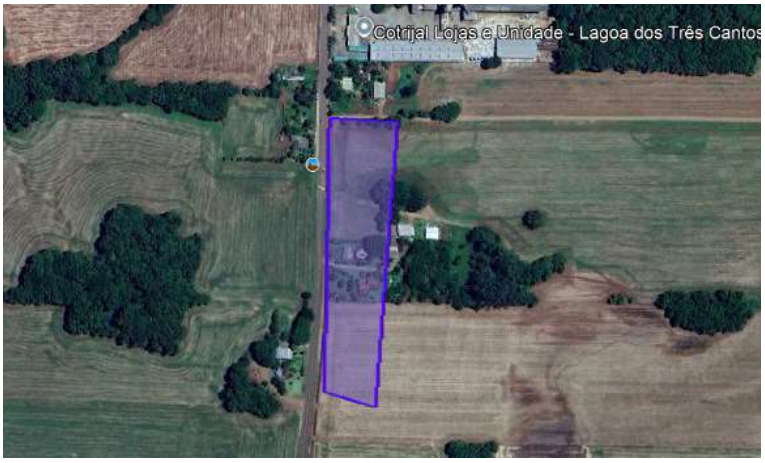


Imagem 12: Área de contribuição 06

Tempo de Concentração:

Para a determinação do tempo de concentração, foi utilizado o método de Kirpich, determina o tempo necessário para que a água, vinda do ponto mais remoto de uma bacia hidrográfica, chegue ao ponto de saída (exutório). Ele quantifica a resposta da bacia a um evento de chuva, sendo fundamental em projetos de engenharia hidrológica para calcular vazões de pico e dimensionar estruturas de redes de drenagem/tubulações.

O tempo de concentração foi determinado pela equação de Kirpich:

$$t_c = 57 \times \left(\frac{l^3}{\Delta h}\right)^{0,385}$$

Desse modo, temos os seguintes tempos de concentração para os trechos de interesse:

Nome	ΔL(m)	l(km)	Tc
01	3	0,251	7,2
02	15	0,304	4,8
03	26	0,365	4,8
04	5	0,384	9,7
05	7	0,276	5,7
06	6	0,327	7,5

3.2 Intensidade de Chuva

Para este estudo foi utilizada a estação da IPAGRI, da Cidade de Cruz alta, código 28530-24.

Coeficiente de escoamento (C):

$$C = 0,60$$

A região em estudo é formada por solos predominantemente argiloso derivado de basalto, com alta plasticidade quando saturados. A área estudada possui baixo índice de aproveitamento, com poucas edificações. O relevo é caracterizado por baixas declividades, predominando coxilhas utilizadas pelo cultivo agrícola. Apesar do uso rural, o C relativamente alto se justifica pelo solo argiloso e pela saturação junto ao curso d'água.

Estas características reduzem a infiltração, favorecendo o escoamento superficial

Tempo de Retorno (TR) : 100 anos,

Equação IDF da região:

$$i = \frac{k \times T^a}{(t+b)^c}$$

i = intensidade de máxima média de precipitação (mm/h)

k, a, b, c = parâmetros determinados para a região (UF Viçosa)

k: 863,25

a: 0,14

b: 3,6

c: 0,7

T = Tempo de recorrência (anos)

t = duração da chuva (min)

$$i = \frac{863{,}25 \times T^{0{,}14}}{(t + 3{,}6)^{0{,}7}}$$

Cálculo da intensidade (*i*)

Nome	T (anos)	t(min)	i(mm/h)
01	100	7,2	311,42
02	100	4,8	371,73
03	100	4,8	371,81
04	100	9,7	268,67
05	100	5,7	344,05
06	100	7,5	305,68

3.2 Cálculo da Vazão Máxima

$$Q = \frac{C \times i_m \times A}{360}$$

Dessa forma, temos as seguintes vazões, por trecho de interesse:

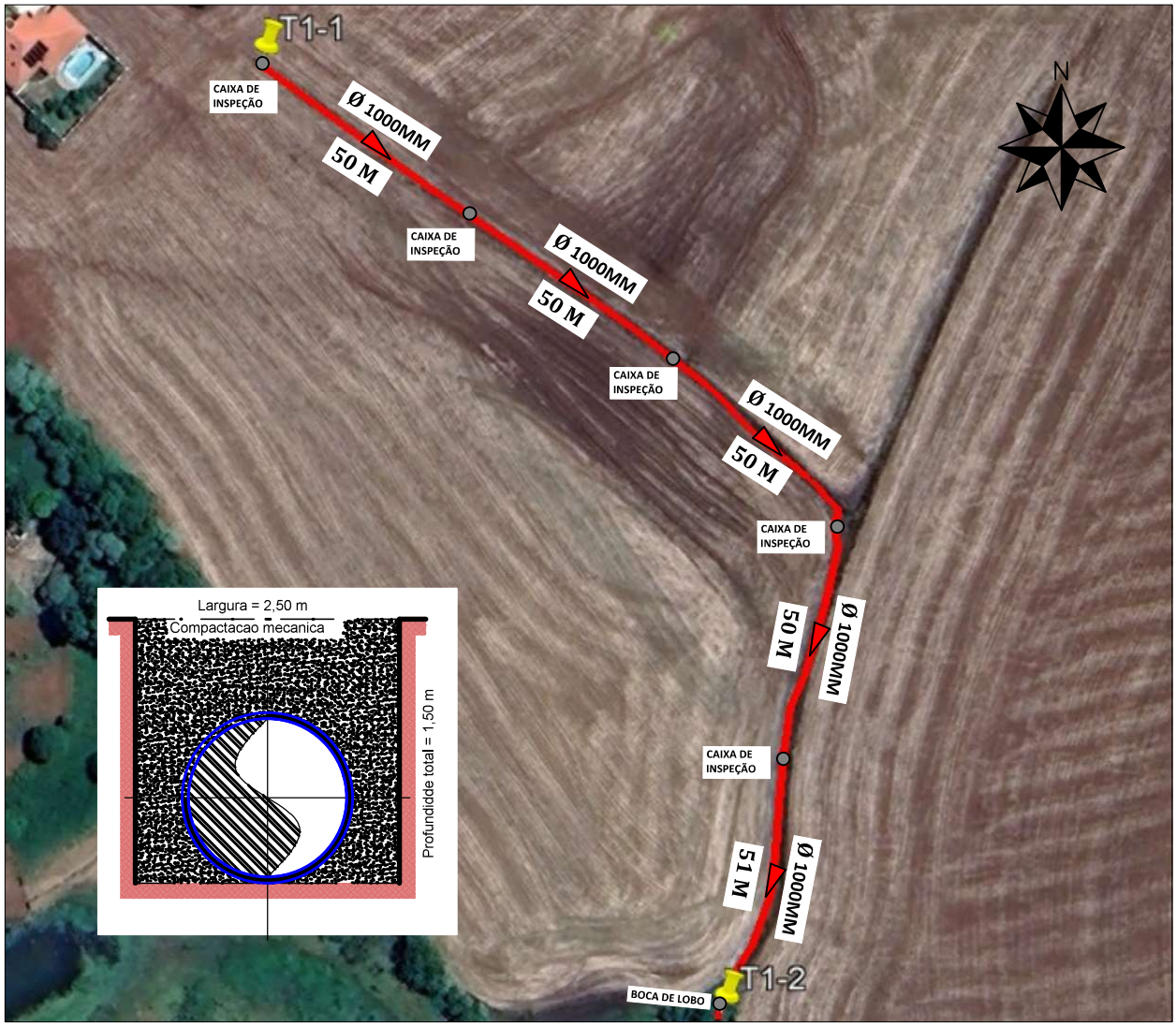
Nome	i(mm/h)	A(hec)	Q(m^3/s)
01	311,42	2,93	1,52
02	371,73	2,48	1,54
03	371,81	2,37	1,47
04	268,67	4,22	1,89
05	344,05	1,56	0,90
06	305,68	1,65	0,84

Lagoa dos Três Cantos, 24 de setembro de 2026.

Cesar Dobler Fink
Engenheiro Civil – CREA RS123162

PROJETO GEOMÉTRICO - TRECHO 01

SEM ESCALA



COORDENADAS:
T1-1: 28°33'48.79"S 52°51'23.90"W
T1-2: 28°33'54.90"S 52°51'20.53"W

LARGURA DA VALA: 2,5 METROS
PROFUNDIDADE DA VALA: 1,5 METROS
EXTENSÃO: 251 METROS

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, mal execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

PROP. : SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL

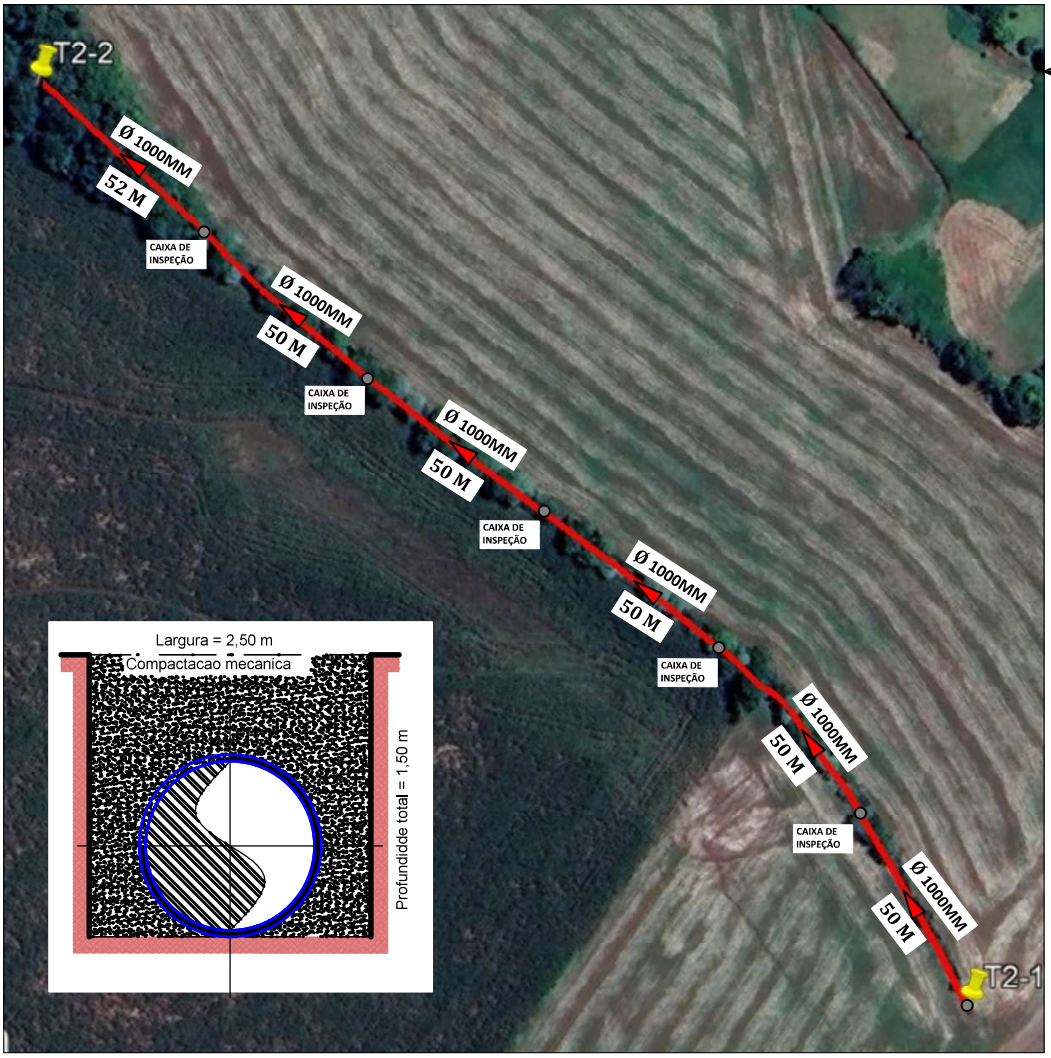
Documento assinado digitalmente
gov.br
CESAR DOBLER FINK
Data: 23/09/2026 10:50:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RESP. TÉCNICO : CÉSAR DOBLER FINCK
CREA RS 123162

PROJETO: PROJETO REDE PLUVIAL - DRENAGEM		
TIPO: PROJETO GEOMÉTRICO		
LOCAL: LAGOA DOS TRÊS CANTOS	FOLHA: 2 DE 7	REVISÃO: 01
TRECHO: T01	ESCALA: SEM	
EMISSÃO INICIAL: 21/10/2025		

PROJETO GEOMÉTRICO - TRECHO 02

SEM ESCALA



COORDENADAS:
T2-1: 28°33'48.10"S 52°51'27.29"W
T2-2: 28°33'45.70"S 52°51'29.14"W

LARGURA DA VALA: 2,5 METROS
PROFUNDIDADE DA VALA: 1,5 METROS
EXTENSÃO: 302 METROS

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, mal execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

PROP. : SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 23/09/2026 10:50:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

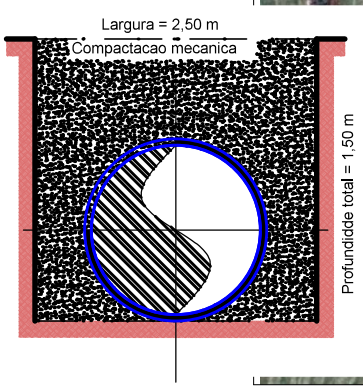
RESP. TÉCNICO : CÉSAR DOBLER FINCK
CREA RS 123162

PROJETO: PROJETO REDE PLUVIAL - DRENAGEM		
TIPO: PROJETO GEOMÉTRICO		
LOCAL: PLANTA BAIXA E CORTE TRANSVERSAL	FOLHA: 3 DE 7	REVISÃO: 01
TRECHO: T02	ESCALA: SEM	
EMISSÃO INICIAL: 21/10/2025		

PROJETO GEOMÉTRICO - TRECHO 03

SEM ESCALA





COORDENADAS:
T3-1: 28°34'8.26"S 52°51'38.03"W
T3-2: 28°34'8.13"S 52°51'51.28"W

LARGURA DA VALA: 2,5 METROS
PROFUNDIDADE DA VALA: 1,5 METROS
EXTENSÃO: 362 METROS

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, mal execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

PROP. : SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL

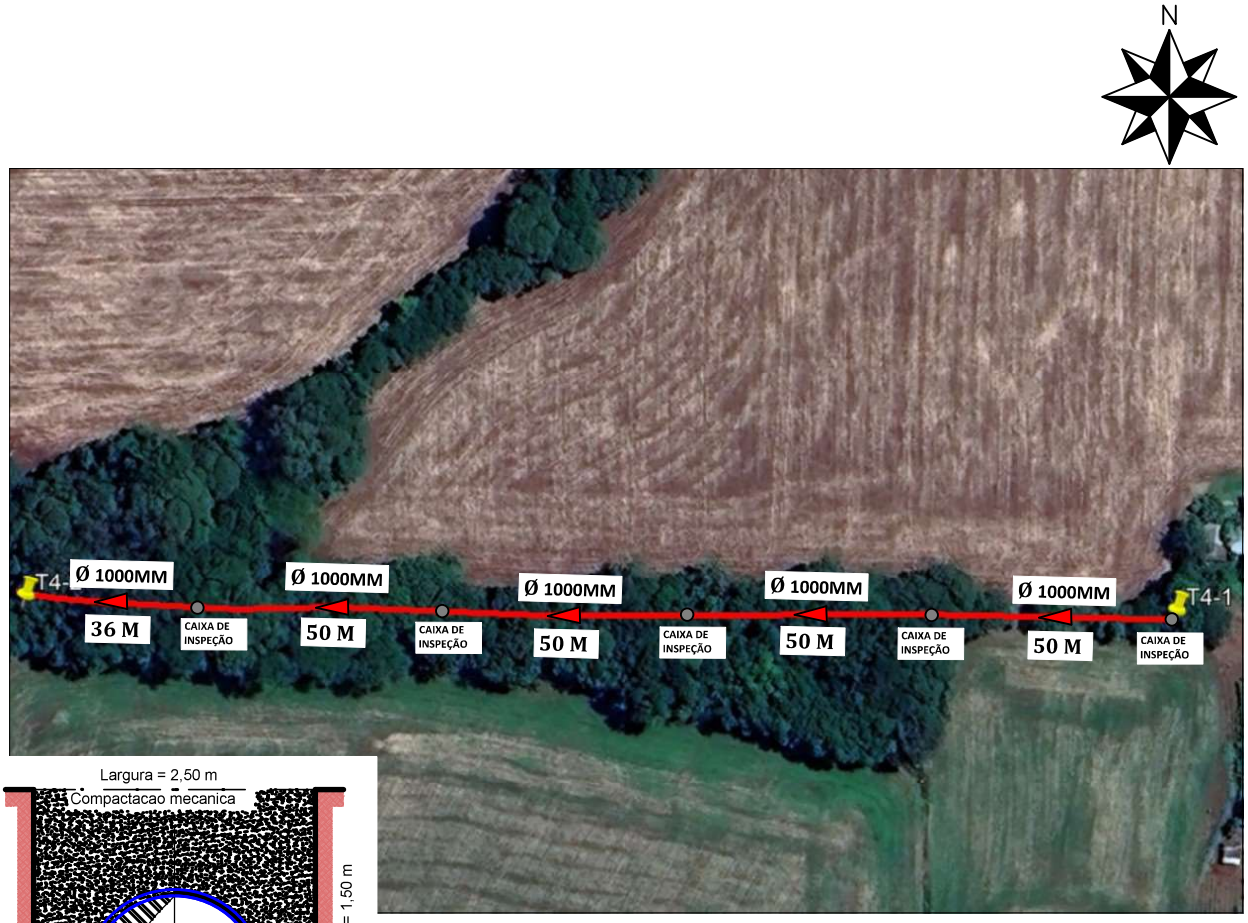
gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 23/09/2026 10:50:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

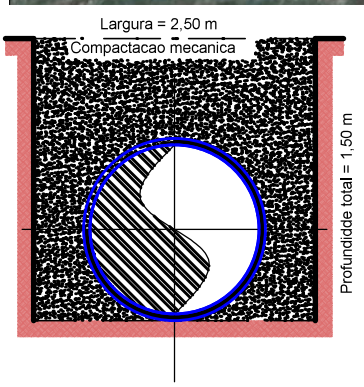
RESP. TÉCNICO : CÉSAR DOBLER FINCK
CREA RS 123162

PROJETO: PROJETO REDE PLUVIAL - DRENAGEM		
TIPO: PROJETO GEOMÉTRICO		
LOCAL: PLANTA BAIXA E CORTE TRANSVERSAL	FOLHA: 4 DE 7	REVISÃO: 01
TRECHO: T03	ESCALA: SEM	
EMISSÃO INICIAL: 21/10/2025		

PROJETO GEOMÉTRICO -TRECHO 04

SEM ESCALA





COORDENADAS:
T4-1: 28°34'33.15"S 52°51'28.28"W
T4-2: 28°34'33.05"S 52°51'36.90"W

LARGURA DA VALA: 2,5 METROS
PROFUNDIDADE DA VALA: 1,5 METROS
EXTENSÃO: 236 METROS

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, mal execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

PROP. : SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 23/09/2026 10:48:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

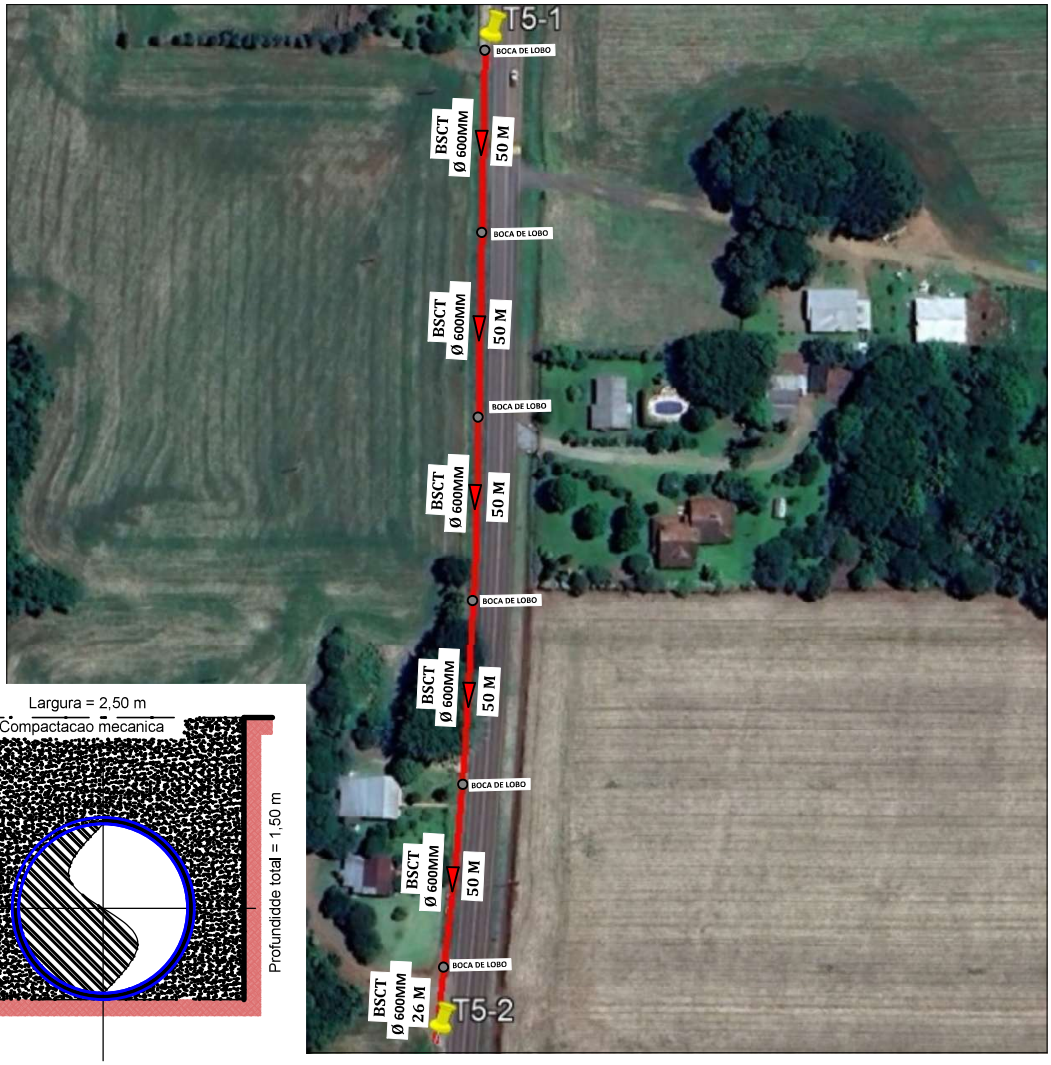
RESP. TÉCNICO : CÉSAR DOBLER FINCK
CREA RS 123162

PROJETO: PROJETO REDE PLUVIAL - DRENAGEM		
TIPO: PROJETO GEOMÉTRICO		
LOCAL: PLANTA BAIXA E CORTE TRANSVERSAL	FOLHA: 5 DE 7	REVISÃO: 01
TRECHO: T04	ESCALA: SEM	
EMISSÃO INICIAL: 21/10/2025		

PROJETO GEOMÉTRICO - TRECHO 05

SEM ESCALA

N



COORDENADAS:
T5-1: 28°34'35.53"S 52°51'26.46"W
T5-2: 28°34'44.23"S 52°51'26.95"W

LARGURA DA VALA: 2,5 METROS
PROFUNDIDADE DA VALA: 1,5 METROS
EXTENSÃO: 276 METROS

Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, mal execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

PROP. : SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 23/09/2026 10:48:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

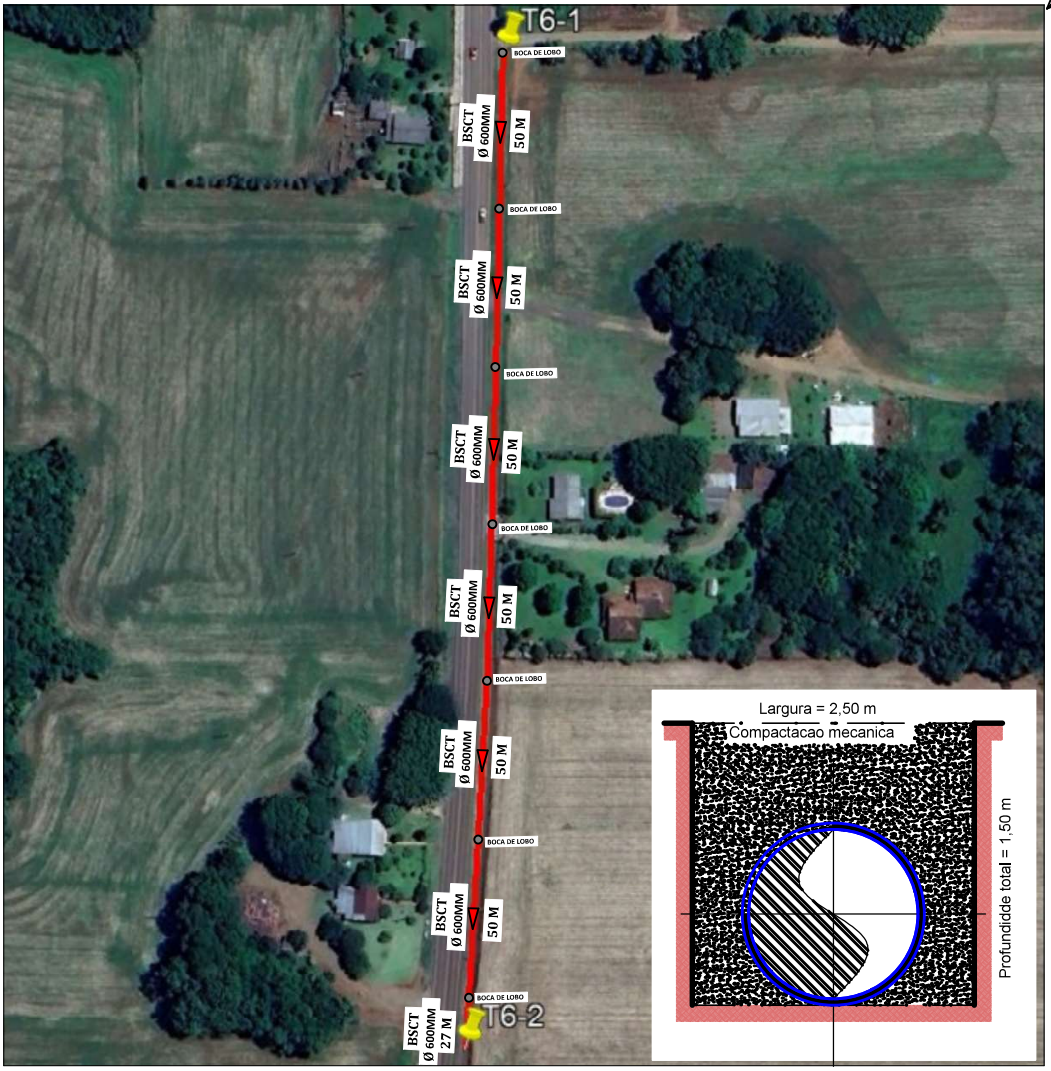
RESP. TÉCNICO : CÉSAR DOBLER FINCK
CREA RS 123162

PROJETO: PROJETO REDE PLUVIAL - DRENAGEM		
TIPO: PROJETO GEOMÉTRICO		
LOCAL: LAGOA DOS TRÊS CANTOS	FOLHA: 6 DE 7	REVISÃO: 01
TRECHO: T05	ESCALA: SEM	
EMISSÃO INICIAL: 21/10/2025		

PROJETO GEOMÉTRICO - TRECHO 06

SEM ESCALA

N



COORDENADAS:
T6-1: 28°34'34.11"S 52°51'25.93"W
T6-2: 28°34'44.24"S 52°51'26.38"W

LARGURA DA VALA: 2,5 METROS
PROFUNDIDADE DA VALA: 1,5 METROS
EXTENSÃO: 327 METROS

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, mal execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

PROP. : SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 23/09/2026 10:48:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RESP. TÉCNICO : CÉSAR DOBLER FINCK
CREA RS 123162

PROJETO: PROJETO REDE PLUVIAL - DRENAGEM		
TIPO: PROJETO GEOMÉTRICO		
LOCAL: LAGOA DOS TRÊS CANTOS	FOLHA: 7 DE 7	REVISÃO: 01
TRECHO: T06	ESCALA: SEM	
EMISSÃO INICIAL: 21/10/2025		

ESTUDOS GEOTÉCNICOS

Os Estudos Geotécnicos foram realizados tendo como finalidade a caracterização do leito de cursos de água, no perímetro urbano da Cidade de Lagoa dos Tres Cantos, com estimativa de classificação dos materiais existentes, bem como da eventual presença de solos moles, os quais servem de parâmetros para a elaboração de projeto de drenagem pluvial.

Local: Cidade de Lagoa dos Tres Cantos

Coordenadas: 28°33'48,79" e 52°51'23,90".

Os ensaios foram executados de acordo com as Instruções vigentes e análises estatísticas dos respectivos resultados conduzindo às conclusões apresentadas a seguir.

IDENTIFICAÇÃO DO SOLO

O solo do local apresenta composição mista em sua maior extensão, sendo identificada em alguns pontos a ocorrência de material de rochas 2ª categoria apresentando matacões de diâmetro médio e nas camadas superficiais argila de coloração vermelha, que possuem expansão baixa <2% e ISC médio superior a 9%.

Não foi constatada a presença de solos moles no local, contudo, pelo fato de estar junto ao leito do curso de água, está constantemente saturado.

As condições geotécnicas identificadas nas áreas de intervenção indicam predomínio de solos de boa capacidade de suporte, adequados à execução das obras de drenagem propostas.

Os trechos analisados situam-se, em sua maioria, sobre solos argilosos derivados de basalto, com comportamento firme e coesivo quando secos, porém de alta plasticidade quando saturados.

Durante as escavações, é comum a ocorrência de camadas argilosas compactas, intercaladas com níveis de material residual de rocha e, pontualmente, blocos de basalto pouco alterado.

De modo geral, as valas de assentamento das tubulações apresentam profundidades médias de 1,50 m a 2,00 m.

Em solos argilosos úmidos, recomenda-se o uso de escoramentos laterais temporários, bem como a execução de lastro de regularização em brita nº 2 ou solo granular compactado, com espessura mínima de 10 cm, garantindo o apoio uniforme das peças pré-moldadas.

As operações de limpeza e reaterro deverão ser realizadas preferencialmente em períodos secos, evitando a saturação dos materiais e a perda de resistência dos taludes.

Após a instalação das tubulações, recomenda-se o reaterro com solo selecionado, compactado em camadas de 20 cm até atingir o grau de compactação mínimo de 95% do Proctor Normal (DNER-ME 258/94).

OCORRÊNCIA DE MATERIAIS PÉTREOS E DE REATERRO

Nas proximidades das obras, observam-se depósitos de solos argilo-arenosos e cascalhos lateríticos, além de afloramentos de rocha basáltica em encostas e cortes de estrada.

Esses materiais podem ser aproveitados, desde que isentos de matéria orgânica, raízes ou excesso de umidade.

A seguir são descritas as recomendações para o uso dos materiais:

 Solo Argiloso Local: Pode ser utilizado como reaterro desde que devidamente compactado e com controle de umidade.

 Material Granular (cascalho/brita): Recomendado para a camada de base e regularização do fundo das valas.

 Solo Arenoso ou Mistos: Devem ser utilizados apenas em camadas superiores do reaterro, evitando-se sua aplicação nas zonas de apoio das galerias.

Em locais onde houver presença de rocha basáltica pouco alterada, recomenda-se a escavação mecânica com rompedor e posterior substituição parcial por solo granular para regularização.

O controle tecnológico deve ser realizado pela fiscalização técnica da Prefeitura de Lagoa dos Três Cantos, com registro fotográfico e ensaios de campo quando necessário.

As condições geológicas observadas nos seis trechos são compatíveis com o tipo de obra proposta, não havendo restrições técnicas relevantes para a execução das obras de drenagem pluvial.

Lagoa dos Três Cantos, 15 de outubro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 24/09/2026 09:14:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

César Dobler Fink

Responsável Técnico

Eng Civil CREA RS123162

Parâmetros de projeto

Vazão de projeto:			Q =	1,520	m^3/s
Coeficiente de rugosidade:	Escolha o material:	Concreto	η =	0,013	
Inclinação do bueiro:			I =	1%	
Valor de y/D:			y/D =	0,95	

Dimensionamento

Área molhada em função de y:	A/D^2 =	0,771	
Raio hidráulico em função de y:	R/D =	0,286	
Diâmetro mínimo do bueiro de greide:	D =	0,820	m
Diâmetro comercial superior:	D_{com} =	**1,00**	m

Verificações

Vazão máxima:	Q_b =	1,734	m^3/s
Velocidade de escoamento:	v =	1,972	m/s
Extensão da tubulação:	L =	50,00	m
Velocidade pelo Teorema de Bernoulli:	v =	3,132	m/s

Parâmetros de projeto

Vazão de projeto:			Q =	1,540	m^3/s
Coeficiente de rugosidade:	Escolha o material:	Concreto	η =	0,013	
Inclinação do bueiro:			I =	1%	
Valor de y/D:			y/D =	0,95	

Dimensionamento

Área molhada em função de y:	A/D^2 =	0,771	
Raio hidráulico em função de y:	R/D =	0,286	
Diâmetro mínimo do bueiro de greide:	D =	0,825	m
Diâmetro comercial superior:	D_{com} =	**1,00**	m

Verificações

Vazão máxima:	Q_b =	1,751	m^3/s
Velocidade de escoamento:	v =	1,998	m/s
Extensão da tubulação:	L =	50,00	m
Velocidade pelo Teorema de Bernoulli:	v =	3,132	m/s

Parâmetros de projeto

Vazão de projeto:			Q =	1,470	m^3/s
Coeficiente de rugosidade:	Escolha o material:	Concreto	η =	0,013	
Inclinação do bueiro:			I =	1%	
Valor de y/D:			y/D =	0,95	

Dimensionamento

Área molhada em função de y:	A/D^2 =	0,771	
Raio hidráulico em função de y:	R/D =	0,286	
Diâmetro mínimo do bueiro de greide:	D =	0,810	m
Diâmetro comercial superior:	D_{com} =	**1,00**	m

Verificações

Vazão máxima:	Q_b =	1,691	m^3/s
Velocidade de escoamento:	v =	1,907	m/s
Extensão da tubulação:	L =	50,00	m
Velocidade pelo Teorema de Bernoulli:	v =	3,132	m/s

Parâmetros de projeto

Vazão de projeto:			Q =	1,890	m^3/s
Coeficiente de rugosidade:	Escolha o material:	Concreto	η =	0,013	
Inclinação do bueiro:			I =	1%	
Valor de y/D:			y/D =	0,95	

Dimensionamento

Área molhada em função de y:	A/D^2 =	0,771	
Raio hidráulico em função de y:	R/D =	0,286	
Diâmetro mínimo do bueiro de greide:	D =	0,890	m
Diâmetro comercial superior:	D_{com} =	**1,00**	m

Verificações

Vazão máxima:	Q_b =	2,042	m^3/s
Velocidade de escoamento:	v =	2,452	m/s
Extensão da tubulação:	L =	50,00	m
Velocidade pelo Teorema de Bernoulli:	v =	3,132	m/s

Parâmetros de projeto

Vazão de projeto:			Q =	0,900	m^3/s
Coeficiente de rugosidade:	Escolha o material:	Concreto	η =	0,013	
Inclinação do bueiro:			I =	2%	
Valor de y/D:			y/D =	0,95	

Dimensionamento

Área molhada em função de y:	A/D^2 =	0,771	
Raio hidráulico em função de y:	R/D =	0,286	
Diâmetro mínimo do bueiro de greide:	D =	0,592	m
Diâmetro comercial superior:	D_{com} =	**0,60**	m

Verificações

Vazão máxima:	Q_b =	0,908	m^3/s
Velocidade de escoamento:	v =	3,244	m/s
Extensão da tubulação:	L =	50,00	m
Velocidade pelo Teorema de Bernoulli:	v =	4,429	m/s

Parâmetros de projeto

Vazão de projeto:			Q =	0,840	m^3/s
Coeficiente de rugosidade:	Escolha o material:	Concreto	η =	0,013	
Inclinação do bueiro:			I =	2%	
Valor de y/D:			y/D =	0,95	

Dimensionamento

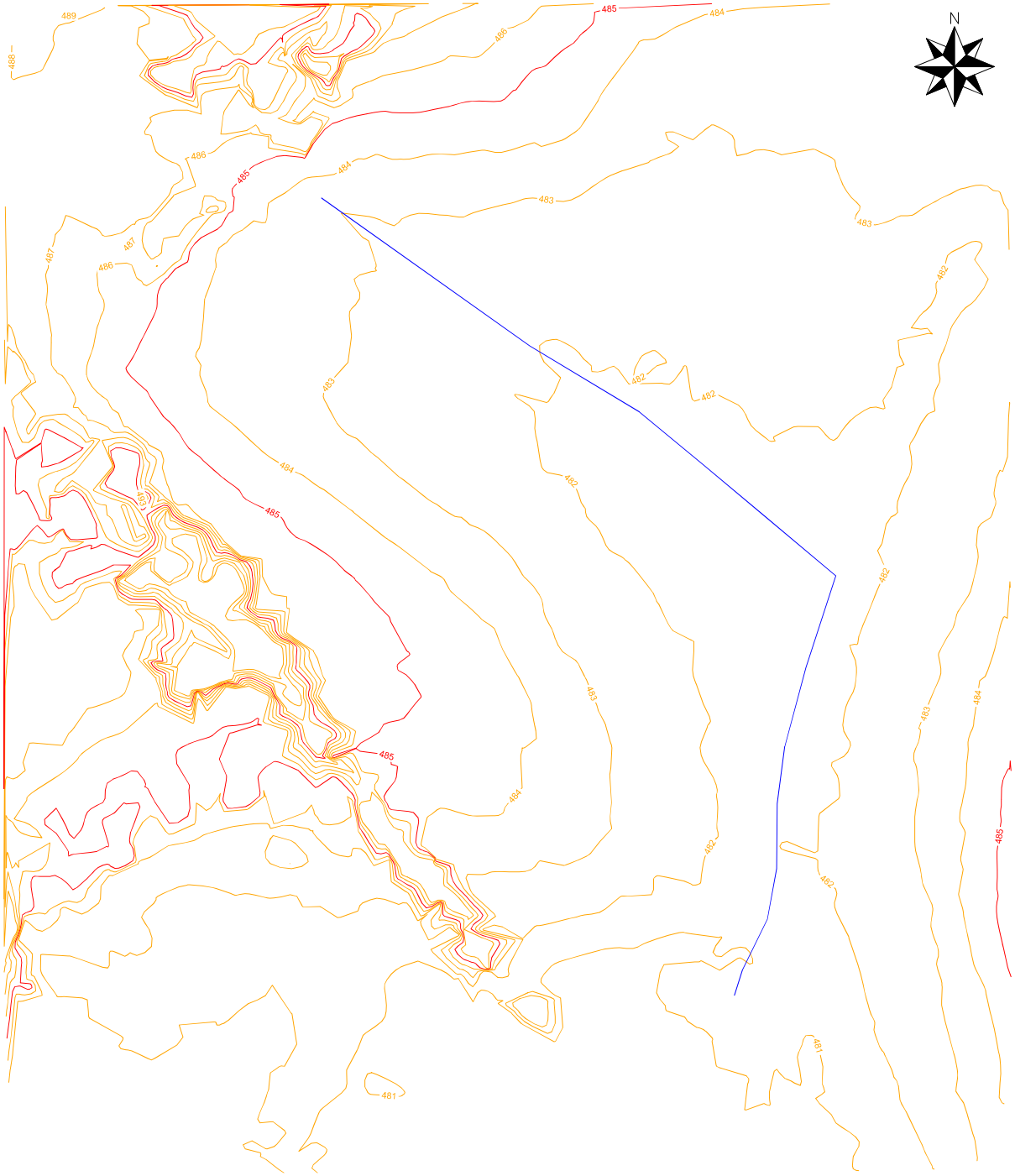
Área molhada em função de y:	A/D^2 =	0,771	
Raio hidráulico em função de y:	R/D =	0,286	
Diâmetro mínimo do bueiro de greide:	D =	0,577	m
Diâmetro comercial superior:	D_{com} =	**0,60**	m

Verificações

Vazão máxima:	Q_b =	0,862	m^3/s
Velocidade de escoamento:	v =	3,027	m/s
Extensão da tubulação:	L =	50,00	m
Velocidade pelo Teorema de Bernoulli:	v =	4,429	m/s

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 11/11/2025 15:12:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO – TRECHO 01
ESCALA 1/750



PLANTA DE SITUAÇÃO – TRECHO 01
ESCALA 1/2000



CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
TRECHO REDE PLUVIAL

Prefeitura Municipal de
Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras,
Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumira qualquer responsabilidade em decorrência de vicios construtivos, má execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

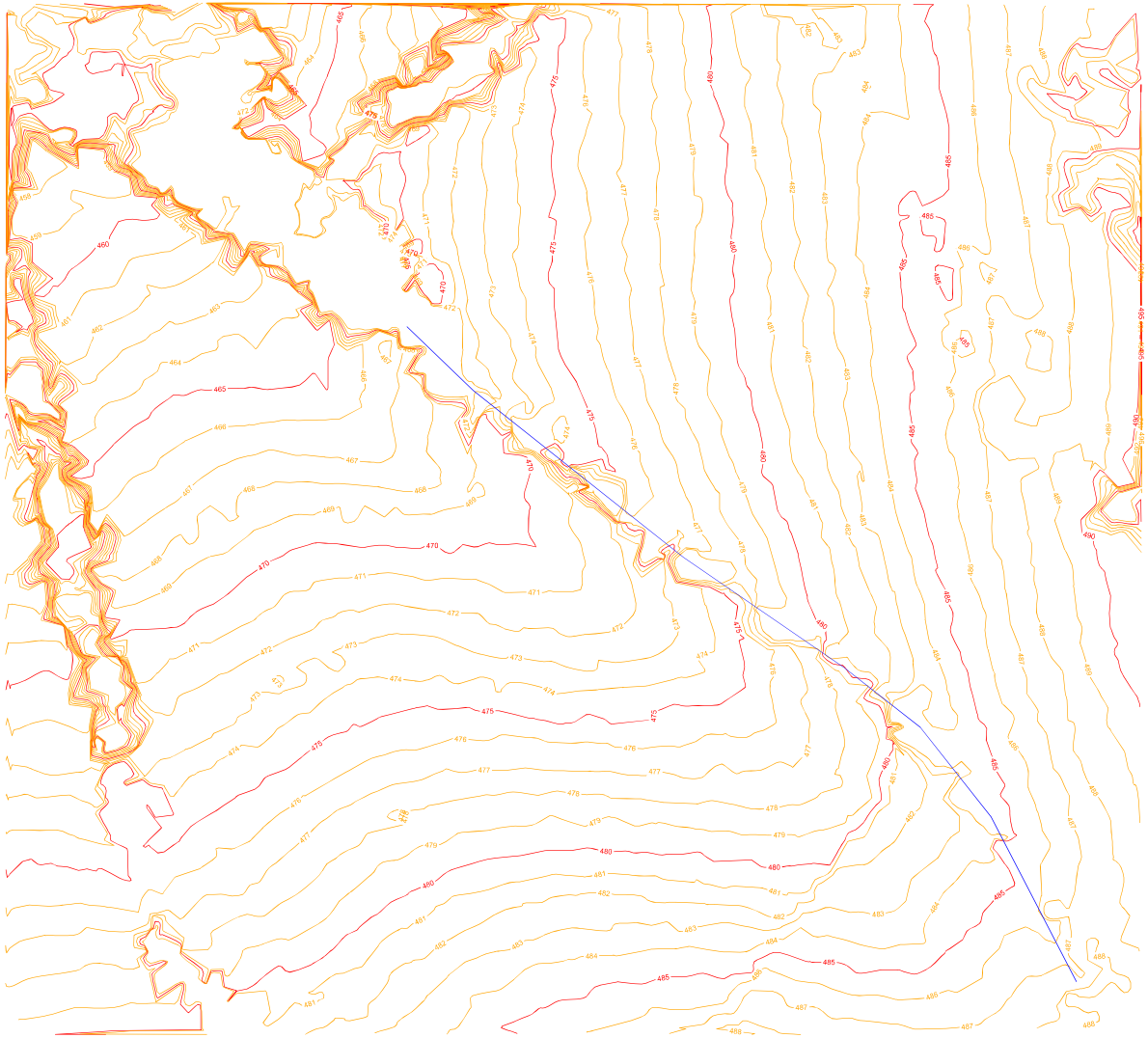
PROP.: SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado digitalmente
gov.br CESAR DOBLER FINK
Data: 11/11/2025 15:24:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RESP. TÉCNICO: CÉSAR DOBLER FINCK
CREA RS 123162

PROJETO: LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO REDE PLUVIAL		
TIPO: TRECHO 01		
LOCAL: LAGOA DOS TRÊS CANTOS	FOLHA: 1 DE 4	REVISÃO: 01
EXTENSÃO: 251 METROS	ESCALA: INDICADA	
EMISSÃO INICIAL: 26/09/2025		

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO – TRECHO 02
ESCALA 1/750

N



PLANTA DE SITUAÇÃO – TRECHO 02
ESCALA 1/2000



CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
TRECHO REDE PLUVIAL

Prefeitura Municipal de
Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras,
Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela data de situação indicada no projeto, a prefeitura não assume qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, má execução ou problemas de projeto, conforme previsto no código de obras do Município.

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ernesto Petry, 180 - CEP 99485-000
Fone: (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.784.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

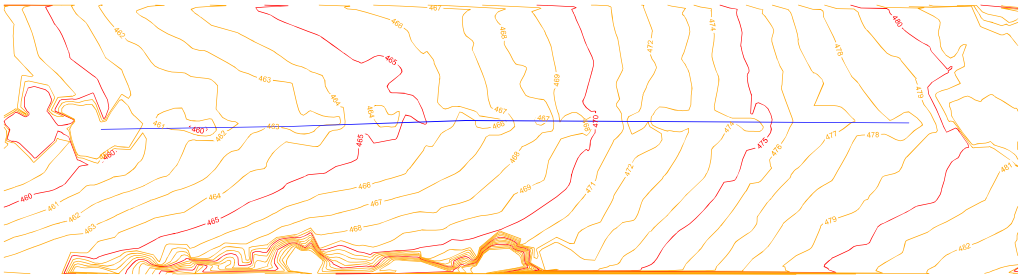
PROJETO	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO REDE PLUVIAL
TIPO	TRECHO 02
LOCAL	LAGOA DOS TRÊS CANTOS
FOLHA	2 DE 4
REVISÃO	01
EXTENSÃO	302 METROS
ESCALA	INDICADA
EMISSÃO INICIAL	20/10/2025

PROP. BERCIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 11/11/2025 15:24:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RESP. TÉCNICO CESAR DOBLER FINCK
CREA RS 121152

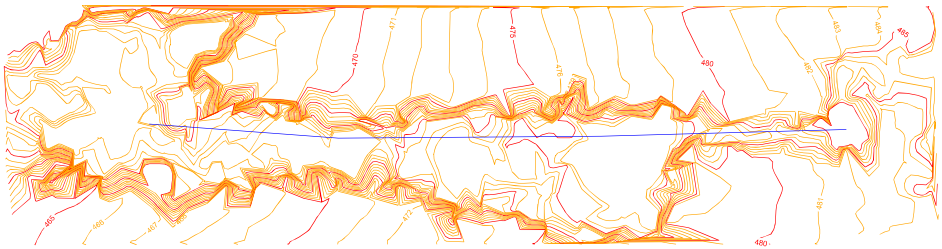
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO – TRECHO 03
ESCALA 1/750



PLANTA DE SITUAÇÃO – TRECHO 03
ESCALA 1/2000



LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO – TRECHO 04
ESCALA 1/750



PLANTA DE SITUAÇÃO – TRECHO 03
ESCALA 1/1000



CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
TRECHO REDE PLUVIAL

Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela planta de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrências de erros construtivos, na execução ou problemas de projeto, conforme prevê o código de obras do Município.

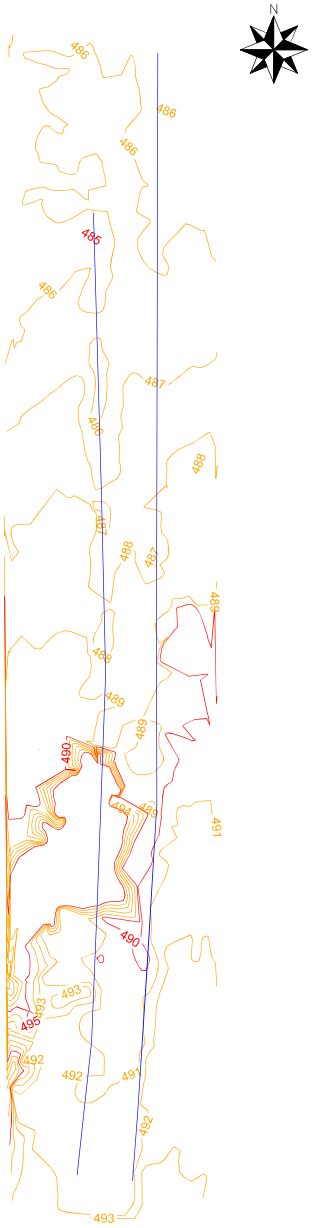
MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ernesto Petry, 180 - CEP 99485-000
Fone: (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.764.277/0001-49
Email: prefeitura@lagoa3cantos.rs.gov.br

PROP. SERGIO ANTONIO LASCH
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado digitalmente
gov.br CESAR DOBLER FINK
Data: 11/11/2025 15:24:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

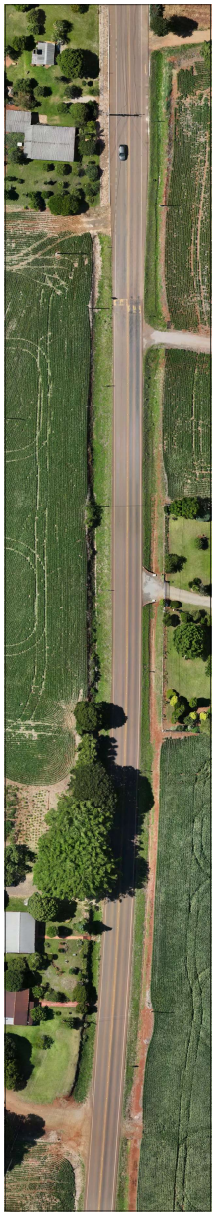
RESP. TÉCNICO CESAR DOBLER FINCK
CREA RS 121152

PROJETO: LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO REDE PLUVIAL		
TIPO: TRECHOS 03 E 04		
LOCAL: LAGOA DOS TRÊS CANTOS	FOLHA: 3 DE 4	REVISÃO: 01
EXTENSÃO: 362 METROS E 236 METROS	ESCALA: INDICADA	
EMISSÃO INICIAL: 20/10/2025		

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO – TRECHOS 05 E 06
ESCALA 1/750



PLANTA DE SITUAÇÃO – TRECHO 05 E 06
ESCALA 1/2000



CURVA DE NÍVEL PRINCIPAL
CURVA DE NÍVEL SECUNDÁRIA
TRECHO REDE PLUVIAL

Prefeitura Municipal de
Lagoa dos Três Cantos
Secretaria Municipal de Obras,
Serviços Urbanos, Viação e Trânsito

PROJETO APROVADO

A prefeitura não se responsabiliza pela alteração de situação indicada no projeto. A prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade em decorrência de vícios construtivos, má execução ou problemas de projeto, conforme previsto no código de obras do Município.

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ernesto Petry, 180 - CEP 99485-000
Fone: (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.784.277/0001-49
Email: prefeitura@lagoa3cantos.rs.gov.br

PROJETO: LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO REDE PLUVIAL		
TIPO: TRECHO 05 E 06		
LOCAL: LAGOA DOS TRÊS CANTOS	FOLHA: 4 DE 4	REVISÃO: 01
EXTENSÃO: 276 METROS E 327 METROS	ESCALA: INDICADA	
EMISSÃO INICIAL: 20/10/2025		

PROP.: SERGIO ANTONIO LASCH
Documento assinado digitalmente
gov.br
CESAR DOBLER PINK
Data: 11/11/2025 15:09:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RESP. TÉCNICO: CESAR DOBLER PINCK
CREA RS 121152

CAIXA

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	Municipio de Lagoa dos Tres Cantos

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENGEM PLUVIAL NA CIDADE DE LAGOA DAS TRES CANTOS /

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	2,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,93%
Seguro e Garantia	SG	0,49%
Risco	R	1,39%
Despesas Financeiras	DF	0,99%
Lucro	L	8,04%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	**23,52%**

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 2%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Lagoa dos Tres Cantos
Local

terça-feira, 11 de novembro de 2025
Data

Responsável Técnico
Nome: César Dobler Fink
CREA/CAU: RS123162
ART/RRT: 0

BDI 2

TIPO DE OBRA

CAIXA

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	Municipio de Lagoa dos Tres Cantos

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENGEM PLUVIAL NA CIDADE DE LAGOA DAS TRES CANTOS /

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	2,00%

Fornecimento de Materiais e Equipamentos (aquisição direta)

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	
Seguro e Garantia	SG	
Risco	R	
Despesas Financeiras	DF	
Lucro	L	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	**0,00%**

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 2%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Lagoa dos Tres Cantos
Local

terça-feira, 11 de novembro de 2025
Data

Documento assinado digitalmente
gov.br
CESAR DOBLER FINK
Data: 11/11/2025 15:30:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Responsável Técnico
Nome: César Dobler Fink
CREA/CAU: RS123162
ART/RRT: 0

BDI 3

TIPO DE OBRA
(SELECIONAR)

Itens	Siglas	%

Apêndice 21 – Encargos Sociais – Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	**Total**	**21,80%**	**21,80%**	**36,80%**	**36,80%**
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,93%	Não incide	17,93%	Não incide
B2	Feriados	4,24%	Não incide	4,24%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,65%	0,85%	0,65%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,53%	Não incide	1,53%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	10,61%	8,06%	10,61%	8,06%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	**Total**	**47,05%**	**17,75%**	**47,05%**	**17,75%**
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,57%	3,47%	4,57%	3,47%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,46%	2,63%	3,46%	2,63%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,75%	2,09%	2,75%	2,09%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%	0,38%	0,29%
C	**Total**	**11,27%**	**8,56%**	**11,27%**	**8,56%**
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	9,71%	3,45%	17,31%	6,53%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,39%	0,30%	0,41%	0,31%
D	**Total**	**10,10%**	**3,75%**	**17,72%**	**6,84%**
TOTAL(A+B+C+D)		**90,22%**	**51,86%**	**112,84%**	**69,95%**

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 06/11/2025 08:27:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA:	**IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENGEM PLUVIAL NA CIDADE DE LAGOA DAS TRES CANTOS**											
ÁREA:	**0,00**											
END:	**IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENGEM PLUVIAL NA CIDADE DE LAGOA DAS TRES CANTOS**	**BDI:**	**23,52%**			**(Onerado)**						

DRENAGEM PLUVIAL					MATERIAL			MÃO DE OBRA			Valor Global R$	
Item	**Discriminação dos Serviços**	Unid	Quantidades (A)	BDI	R$ Unit (Sem BDI)	R$ Unit (B)	R$ Material (C)= (A x B)	R$ Unit (Sem BDI)	R$ Unit (D)	R$ MO (E)= (A x D)	(F)= (C + E)	Ref. SINAPI - Setembro/2025
1.	**REDE PLUVIAL - TRECHOS 1 AO 4**											
1.1	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, para obras de construção de pavimentos. AF_09/2024	m²	2.302,00	23,52%	2,29	2,83	6.504,35	0,76	0,94	2.168,12	8.672,46	100.576
1.2	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA-1, com encaixe ponta e bolsa, diâmetro nominal de 1000 mm	m	1.151,00	0,00%	498,11	615,27	708.170,56	0,00	0,00	0,00	708.170,56	i 7753
1.3	Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 1000 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências (não inclui fornecimento). AF_03/2024	m	1.151,00	23,52%	0,00	0,00	0,00	102,05	126,05	145.086,04	145.086,04	92.815
1.4	Base para poço de visita retangular para drenagem, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões internas = 1x1,5 m, profundidade = 1,40 m, excluindo tampão. AF_12/2020	Unid	24,00	23,52%	2.257,49	2.788,45	66.922,81	1.215,57	1.501,47	36.035,36	102.958,17	99.259
1.5	Aterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m³ / potência: 111 HP), largura até 2,5 m, profundidade até 1,5 m, com solo argilo-arenoso. AF_08/2023	m³	3.700,00	23,52%	51,95	64,17	237.414,83	27,97	34,55	127.838,75	365.253,58	94.304
1.6	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km. AF_07/2020	m³xkm	37.000,00	23,52%	1,48	1,83	67.525,30	0,49	0,61	22.508,43	90.033,73	95.877
		Subtotal:				**Material:**	1.086.537,84		**MO:**	333.636,70	**1.420.174,54**	
2.	**REDE PLUVIAL - TRECHOS 5 E 6**											
2.1	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, para obras de construção de pavimentos. AF_09/2024	m²	904,50	23,52%	2,29	2,83	2.555,68	0,76	0,94	851,89	3.407,58	100.576
2.2	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA-1, com encaixe ponta e bolsa, diâmetro nominal de 600 mm	m	603,00	0,00%	348,25	430,16	259.385,52	0,00	0,00	0,00	259.385,52	i 7742
2.3	Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 600 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências (não inclui fornecimento). AF_03/2024	m	603,00	23,52%	0,00	0,00	0,00	319,80	395,02	238.195,23	238.195,23	92.811
2.4	Base para poço de visita retangular para drenagem, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões internas = 1x1 m, profundidade = 1,40 m, excluindo tampão. AF_12/2020	Unid	13,00	23,52%	1.780,42	2.199,17	28.589,19	958,69	1.184,17	15.394,18	43.983,37	99.252
2.5	Aterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m³ / potência: 111 HP), largura até 2,5 m, profundidade até 1,5 m, com solo argilo-arenoso. AF_08/2023	m³	1.186,00	23,52%	51,95	64,17	76.101,08	27,97	34,55	40.977,50	117.078,58	94.304
2.6	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km. AF_07/2020	m³xkm	11.860,00	23,52%	1,48	1,83	21.644,59	0,49	0,61	7.214,86	28.859,46	95.877
		Subtotal:				**Material:**	388.276,06		**MO:**	302.633,67	**690.909,73**	

TOTAL DA OBRA	TOTAL MATERIAL:	1.474.813,90
	TOTAL MÃO DE OBRA:	636.270,37
	TOTAL DO ORÇAMENTO:	**2.111.084,27**

CESAR DOBLER FINK
Eng. Civil CREA-RS 123.162
Responsável Técnico

Documento assinado digitalmente
gov.br
CESAR DOBLER FINK
Data: 23/09/2026 10:48:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municiapl de Lagoa dos Tres Cantos**
OBRA: **IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENGEM PLUVIAL NA CIDADE DE LAGOA DAS TRES CANTOS**
DATA: **nov/25**

ÍTEM	LOGRADOURO	AREA DO PAVIMENTO PRONTO (m2)	VALOR TOTAL (R$)	CRONOGRAMA			
				1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS
1	REDE PLUVIAL - TRECHOS 1 AO 4	-	1.420.174,54	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
				355.043,63	355.043,63	355.043,63	355.043,63
2	REDE PLUVIAL - TRECHOS 5 E 6		690.909,73	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
				172.727,43	172.727,43	172.727,43	172.727,43
TOTAIS		**-**	**2.111.084,27**	**527.771,07**	**527.771,07**	**527.771,07**	**527.771,07**
				25,00%	**25,00%**	**25,00%**	**25,00%**
				527.771,07	**1.055.542,13**	**1.583.313,20**	**2.111.084,27**
				25,00%	**50,00%**	**75,00%**	**100,00%**

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 11/11/2025 15:30:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENGEM PLUVIAL NA CIDADE DE LAGOA DAS TRES CANTOS.

LOCAL: Cidade de Lagoa dos Três Cantos / RS.

MEMORIA DE CÁLCULO

1. CONSIDERAÇÕES

As valas onde deverão ser instaladas as tubulações já estão abertas, necessitam de regularização da base, para assentamento direto das tubulações.

1.0- REDE PLUVIAL - TRECHOS 1 AO 4

Item 1.1 – (100576) Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, para obras de construção de pavimentos. AF_09/2024:

$$A_{Regularização} = 1151{,}00m \times 2{,}00m = 2.302{,}00\ m^2$$

Item 1.2 – (i 7753) Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA-1, com encaixe ponta e bolsa, diâmetro nominal de 1000 mm

$$C_{Tubo\ 1000mm} = 1.151\ m$$

Item 1.2 – (92815) Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 1000 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências (não inclui fornecimento). AF_03/2024

$$C_{Tubo\ 1000mm} = 1.151\ m$$

Item 1.3 – (99259) Base para poço de visita retangular para drenagem, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões internas = 1x1,5 m, profundidade = 1,40 m, excluindo tampão. AF_12/2020

$$24\ unidades$$

Item 1.4 – (95877) Aterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m³ / potência: 111 HP), largura até 2,5 m, profundidade até 1,5 m, com solo argilo-arenoso. AF_08/2023

Considerando que a vala tenha dimensões de 2,00m de largura x 2,00 m de profundidade:

$$A_{Seção\ da\ vala} = 2{,}00m \times 2{,}00m = 4{,}00\ m^2$$

Considerando que a seção do tubo de concreto 1000mm é :

$$A_{Seção\ do\ tubo} = \frac{\pi \times 1{,}00m^2}{4} = 0{,}785\ m^2$$

A seção de aterro é:

$$A_{Seção\ aterro} = 4{,}00\ m^2 - 0{,}785\ m^2 = 3{,}215\ m^2$$

$$V_{Aterro} = 3{,}215\ m^2 \times 1.151m = 3.700\ m^3$$

Item 1.5 – (98577) Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km. AF_07/2020

$$DMT = 3.700\ m^3 \times 10km = 37.000\ m^3 \times km$$

2.0 REDE PLUVIAL - TRECHOS 1 AO 4

Item 2.1 – (100576) Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, para obras de construção de pavimentos. AF_09/2024:

$$A_{Regularização} = 603{,}00m \times 1{,}50m = 904{,}50\ m^2$$

Item 2.2 – (i 7742) Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA-1, com encaixe ponta e bolsa, diâmetro nominal de 600 mm

$$C_{Tubo\ 600mm} = 603\ m$$

Item 2.2 – (92811) Assentamento de tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 600 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências (não inclui fornecimento). AF_03/2024

$$C_{Tubo\ 600mm} = 603\ m$$

Item 2.3 – (99252) Base para poço de visita retangular para drenagem, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões internas = 1x1 m, profundidade = 1,40 m, excluindo tampão. AF_12/2020

$$13\ unidades$$

Item 2.4 – (95877) Aterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m³ / potência: 111 HP), largura até 2,5 m, profundidade até 1,5 m, com solo argilo-arenoso. AF_08/2023

Considerando que a vala tenha dimensões de 1,50m de largura x 1,50 m de profundidade:

$$A_{Seção\ da\ vala} = 1{,}50m \times 1{,}50m = 2{,}25\ m^2$$

Considerando que a seção do tubo de concreto 1000mm é :

$$A_{Seção\ do\ tubo} = \frac{\pi \times 0{,}60^2}{4} = 0283\ m^2$$

A seção de aterro é:

$$A_{Seção\ aterro} = 2{,}25\ m^2 - 0{,}283\ m^2 = 1{,}967\ m^2$$

$$V_{Aterro} = 1{,}967\ m^2 \times 603m = 1.186\ m^3$$

Item 2.5 – (98577) Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km. AF_07/2020

$$DMT = 1.186\ m^3 \times 10km = 11.860\ m^3 \times km$$

Lagoa dos Três Cantos, 11 de novembro de 2025.

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 11/11/2025 15:30:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cesar Dobler Fink
Eng Civil e Seg do Trabalho
CREA RS123162

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Lagoa dos Três Cantos

OBRA: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENGEM PLUVIAL NA CIDADE DE LAGOA DAS TRES CANTOS.
LOCAL: Cidade de Lagoa dos Três Cantos / RS.

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente memorial descritivo destina-se a delinear os serviços de execução de drenagem pluvial a ser executado em seis trechos da Cidade de Lagoa dos Três Cantos.

1. – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Projeto:

O projeto prevê a execução da drenagem pluvial conforme plantas de situação e demais projetos que fazem parte deste projeto.

1.2. Documentação:

Fazem parte deste os seguintes documentos: planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, ART e/ou RRT (anotação de responsabilidade técnica e/ou registro de responsabilidade técnica) de projeto e orçamento e os respectivos projetos, como: Projeto Geométrico, Projeto de Drenagem, Para qualquer divergência existente entre os documentos, será dada solução pela fiscalização.

Fica convencionado que os serviços que não estiverem descritos nos documentos apresentados deverão ter a execução realizada segundo as normas pertinentes da ABNT.

A empresa deverá providenciar antes do pagamento da primeira parcela a ART e/ou RRT (anotação de responsabilidade técnica e/ou registro de responsabilidade técnica) de execução da obra com a respectiva taxa recolhida

Este memorial descritivo refere-se rede de drenagem na cidade de Lagoa dos Três Cantos, compreendendo 6 trechos distintos.

1.3. Planejamento da Obra

A construtora contratada deverá ser responsável pela qualidade final dos serviços. Todas as etapas que envolvem a construção (mobilização e desmobilização, materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, metodologia do trabalho, canteiro de obras, limpeza, etc.) devem ser planejadas com a fiscalização, preliminarmente de forma informal, lançando mão de detalhamento por escrito na possibilidade de alguma divergência.

O cronograma físico financeiro apresentado pela empresa com base no modelo elaborado pela fiscalização deverá ser seguido em sua totalidade. Será possível a alteração no cronograma pela iniciativa da fiscalização e/ou da empresa desde que perfeitamente justificada e com o objetivo de melhorias no andamento da obra sem prejuízo na qualidade final do serviço.

1.4. Mobilização

A empresa fica responsável por tomar todas as medidas relativas à mobilização de pessoal e equipamentos logo após a assinatura do contrato e recebimento da correspondente ordem de serviço, de modo a poder iniciar e construir a obra dentro do prazo contratual.

A empresa deverá contratar mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestre e encarregado, que assegure pregresso satisfatório às obras.

1.5. Materiais

Fica a cargo da empresa adquirir materiais em qualidade necessária à conclusão das obras no prazo fixado, realizando a devida programação de compra.

Deverão ser rigorosamente observados os prazos de validades dos materiais, pois, será recusado pela Fiscalização qualquer tipo de material que se encontre com prazo de validade vencido ou deteriorado.

1.6. Segurança e saúde do trabalho

A contratada assumira inteira responsabilidade pela execução dos serviços sub empreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituída pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores, assim como fornecer a seus empregados todos equipamentos de proteção individual necessários.

As inobservâncias das Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Saúde do Trabalho terão com penalidade advertência por escrito e comunicação aos órgãos competentes.

DESCRIÇAO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

2.0 PROCESSO EXECUTIVO PARA DRENAGEM

A. Drenagem Pluvial

Tem como função conduzir as águas pluviais, de maneira que evite o acúmulo na pista de rolamento e o transbordo no passeio público.

A drenagem pluvial será constituída com tubos de concreto com seção circular, classe PA1 em todas as exten~soes projetadas.

A execução deverá ser feita nos locais designado em projeto, sendo que os bueiros existentes deverão estar desobstruídos e prolongados quando se fizer necessário, adequando as grelhas e demais elementos construtivos, bem como os desníveis e cotas:

Os detalhes de bueiros e demais dispositivos são demonstrados nos detalhamentos construtivos.

Os serviços de drenagem pluvial resumem-se em:

1) Escavação das valas com as declividades e profundidades necessárias, aproveitando ao máximo o caimento do terreno natural, respeitando a profundidade das valas para poder atender o recobrimento do tubo.

2) Regularização do fundo das valas;

3) Aplicação de lastro de brita;

4) Colocação dos tubos, rejuntando os tubos com argamassa 1:4;

5) Reaterro das valas.

3. DRENAGEM

Deverá ser aberta valas seguindo as dimensões do projeto de drenagem, para a instalação da tubulação e caixas de inspeção, para a captação das águas pluviais, deverá ser garantido a inclinação conforme indicação do sentido do fluxo das águas pluviais.

3.1. Tubulação

A tubulação deve seguir o tipo e dimensões estabelecidos no projeto de drenagem, sendo utilizados PA1 armado de 1000,00 mm nas valas transversais a via principal (trechos 01 a 04), PA1 armado de 600,00 mm na vala transversal a via projetada e nas valas de sentido longitudinal a calçada (trechos 05 e 06), conforme projeto.

3.2. Valas

As valas para instalação da tubulação de distribuição das águas pluviais deve seguir conforme especificação dos detalhes do projeto, sendo a largura mínima de 2,00 m para as tubulações de 1000 mm, garantido reaterro mínimo de 0,60 m, já para a tubulação de 600 mm deve ter largura mínima de 1,50m e reaterro mínimo de 0,60 m. Todas as valas devem manter a inclinação conforme sentido do fluxo de transporte das águas pluviais.

<u>Rede Pluvial – Trechos 1 ao 4</u>

Inicialmente, todas as valas serão regularizadas e preparadas para recebimento da tubulação.

Então, se inicia o assentamento dos tubos, realizado por servente e escavadeira. O quantitativo de tubos foi retirado aferindo medição no local e via satélite, totalizando 1151 m lineares de tubo de concreto 1000 mm, classe PA1.

A cada trecho de 50 metros, será confeccionada uma caixa de inspeção em alvenaria, revestida com reboco internamente, totalizando 24 unidades.

• Lastro: concluída a limpeza das trincheiras existentes, deve ser executada a compactação da superfície resultante, e as irregularidades remanescentes devem ser eliminadas, mediante a execução de um lastro de concreto magro, com espessura da ordem de 10cm, aplicado em camada contínua em toda a área abrangida pelo corpo e pela soleira das caixas, mais um excesso lateral de 15cm para cada lado. Após toda a rede ficar pronta, juntamente com as caixas de inspeção, será feito o aterramento das valas. Todos os trechos têm seção transversal de aproximadamente 3 metros de largura, e 1,5 metros de altura.

Após toda a rede ficar pronta, juntamente com as caixas de inspeção, será feito o aterramento das valas. Todos os trechos tem seção transversal de aproximadamente 3 metros de largura, e 1,5 metros de altura.

O reaterro somente será realizado após liberação pela fiscalização da obra, devidamente apiloado manualmente até a cobertura dos bueiros e mecanicamente no restante. Deverá ser executado com saibro ou areia em camadas individuais de, no máximo, 20cm de espessura e prosseguir até se atingir uma espessura de, no mínimo, 60cm acima da geratriz superior externa do corpo do bueiro; poderá ser empregado o material selecionado durante a escavação ou material argiloso, quando aprovado pela fiscalização. Para efetuar a compactação deve ser utilizado compactador mecânico de no mínimo 300 kg. Bueiros Celulares

Rede Pluvial – Trechos 5 ao 6

Inicialmente, todas as valas serão regularizadas e preparadas para recebimento da tubulação.

Então, se inicia o assentamento dos tubos, realizado por servente e escavadeira. O quantitativo de tubos foi retirado aferindo medição no local e via satélite, totalizando 603 m lineares de tubo de concreto 600 mm, classe PA1.

A cada trecho de 50 metros, será confeccionada uma caixa de inspeção em alvenaria, revestida com reboco internamente, totalizando 13 unidades.

• Lastro: concluída a limpeza das trincheiras existentes, deve ser executada a compactação da superfície resultante, e as irregularidades remanescentes devem ser eliminadas, mediante a execução de um lastro de concreto magro, com espessura da ordem de 10cm, aplicado em camada contínua em toda a área abrangida pelo corpo e pela soleira das caixas, mais um excesso lateral de 15cm para cada lado. Após toda a rede ficar pronta, juntamente com as caixas de inspeção, será feito o aterramento das valas. Todos os trechos têm seção transversal de aproximadamente 3 metros de largura, e 1,5 metros de altura.

O reaterro somente será realizado após liberação pela fiscalização da obra, devidamente apiloado manualmente até a cobertura dos bueiros e mecanicamente no restante. Deverá ser executado com saibro ou areia em camadas individuais de, no máximo, 20cm de espessura e prosseguir até se atingir uma espessura de, no mínimo, 60cm acima da geratriz superior externa do corpo do bueiro; poderá ser empregado o material selecionado durante a escavação ou material argiloso, quando aprovado pela fiscalização. Para efetuar a compactação deve ser utilizado compactador mecânico de no mínimo 300 kg. Bueiros Celulares

3.3. Caixas de inspeção

As caixas de inspeção serão em alvenaria de blocos de concreto, chapiscados e rebocados internamente, seguindo as dimensões do projeto e detalhamento. O fundo da caixa recebe uma camada de brita para regularização, seguida de uma camada de concreto que serve de base para confecção da alvenaria.

As caixas devem seguir a inclinação do nível, dando caimento as tubulações conforme indicação do fluxo de água descrito no projeto de drenagem, sempre mantendo a tubulação de montante um nível acima da tubulação de jusante.

Lagoa dos Três Cantos, 21 de setembro de 2026.

Cesar Dobler Fink
Eng Civil e Seg do Trabalho
CREA RS123162

gov.br
Documento assinado digitalmente
CESAR DOBLER FINK
Data: 24/09/2026 09:14:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

ANEXO II
MODELO DE CREDENCIAMENTO

CONCORRENCIA Nº15/2026 – FORMA PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº111/2026

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CGC/CNPJ SOB Nº ....., ATRAVÉS DO PRESENTE, CREDENCIA O(A) SR(A) ....., PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº....., CPF Nº, ... A PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, INSTAURADA PELO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS/RS, NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, NA FORMA PRESENCIAL, SOB O Nº15/2026 NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL, OUTORGANDO-LHE PLENOS PODERES PARA PRONUNCIAR-SE EM NOME DA EMPRESA, BEM COMO FORMULAR PROPOSTAS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME.

....., de....., de 2026.

_____

Representante Legal

Obs. Esta declaração deverá ser entregue ao Agente de contratação, fora dos envelopes, junto com o credenciamento.

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

CONCORRENCIA Nº15/2026 – FORMA PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº111/2026

À Comissão de Contratação/Agente de contratação

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Município/UF:
Telefone:
E-mail:
Representante Legal:
CPF:

DECLARAÇÕES
O licitante acima identificado, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao Edital em epígrafe e à legislação vigente, que:

☐ **a)** Atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregando menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da legislação aplicável.

☐ **b)** Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no edital.

☐ **c)** Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação.

☐ **d)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando aplicáveis.

☐ **e)** Enquadra-se como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI), Produtor Rural Pessoa Física, Agricultor Familiar ou Sociedade Cooperativa de Consumo**, conforme o caso, cumprindo os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. *(Assinalar somente quando aplicável.)*

☐ **f)** No ano-calendário de realização da licitação, sendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a

receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente. *(Assinalar somente quando aplicável.)*

☐ **g)** Sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

O declarante afirma serem verdadeiras as informações acima prestadas, responsabilizando-se civil, administrativa e penalmente por eventual falsidade, nos termos da legislação aplicável.

Local e data: .....

Nome do Representante Legal

CPF: .....

Assinatura: .....

Observações:

1. **Esta declaração Unificada deverá ser entregue fora dos envelopes, no momento do credenciamento, nos termos do item 3.3 do Edital.**

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS
Rua Ervino Petry, 100 – CEP 99495-000
Fone (54) 3392-1082 / 1083 / 1084
CNPJ: 94.704.277/0001-49
Email: pmltc@lagoa3cantos.rs.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° _____/2026

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Que fazem entre si, de um lado o Município de Lagoa dos Três Cantos, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 94.704.277/0001-49, com sede na Rua Ervino Petry, nº 100 – Centro - Lagoa dos Três Cantos/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. SERGIO ANTONIO LASCH, brasileiro, maior, residente e domiciliado(a) na Rua Thomas Klein, Nº 368 Município de Lagoa dos Três Cantos/RS, portador(a) do CPF nº 386.369.560-72 e Carteira de Identidade nº 1025043504-SSP/RS, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua/Av._____, nº ____, bairro_, cidade de_____, Estado do_____ _____, nesteato representado pelo seu_____, Sr. (Sra.)_____,(qualificação da pessoa), residente e domiciliado(a) na Rua/Av. _____, nº ____, Município de_____, Estado do_____ _____, portador(a) do CPF nº _____ e Carteira de Identidade nº_____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE, por meio do Processo nº111/2026, Concorrência nº15/2026, na forma presencial, e na proposta vencedora, conforme os termos de homologação e adjudicação. Reger-se-á pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, além dos demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato a execução, sob o regime de empreitada por preço global, de obra de infraestrutura urbana destinada à implantação de sistema de drenagem pluvial em seis trechos do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, sinalização, insumos e demais recursos necessários à completa execução dos serviços previstos no Projeto Básico, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes da contratação. A contratação está vinculada ao Convênio FPE nº 2048/2026 (Programa Drenagem RS), devendo a execução do objeto observar as condições, finalidades, metas, cronograma e demais obrigações aplicáveis aos recursos de transferência estadual vinculados ao empreendimento. A obra será executada integralmente pela CONTRATADA, em conformidade com as especificações técnicas, quantidades, projetos, cotas, declividades, normas aplicáveis e orientações da fiscalização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor inicial deste Contrato corresponde ao valor global da obra adjudicada à CONTRATADA, conforme sua proposta vencedora, aceita no procedimento licitatório.
3.2. O valor contratado compreende integralmente a execução da obra, observado o preço global ofertado pela CONTRATADA.
3.3. O valor global da contratação é de R$ ..... (.....).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. A medição e o pagamento observarão a execução das etapas do cronograma físico-financeiro, vinculadas ao cumprimento das metas de resultado nele fixadas, sendo vedada a remuneração orientada por preços unitários ou por quantidades de itens, nos termos do art. 46, § 9º, da Lei nº 14.133/2021. O pagamento de cada etapa concluída será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da respectiva medição aprovada pela fiscalização, acompanhada da documentação fiscal.
4.2. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.
4.3. A nota fiscal/fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da concorrência, contrato, e Convênio FPE n°2048/2026 a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
4.4. Poderão ocorrer glosas relativas a serviços não executados, executados em desconformidade, sem comprovação suficiente ou pendentes de correção, sem prejuízo da aplicação das demais medidas contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos:
I- A CONTRATADA deverá iniciar a obra objeto do presente contrato no prazo máximo de 3(três) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Inicio de Obra, emitida pela CONTRATANTE;
II- A entrega de cada etapa da obra deverá respeitar o cronograma de medição previsto na cláusula décima quarta deste contrato;
III- A execução do objeto deverá ser realizada no prazo de até **4 (quatro) meses**, contado a partir da emissão da respectiva Ordem de Início de Obra pela Administração, observados o cronograma e as demais condições estabelecidas nos documentos técnicos, podendo o prazo ser prorrogado, mediante justificativa e nos termos da legislação aplicável, a critério da Administração.
IV- O prazo de vigência do presente contrato será de 5 (cinco) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
Parágrafo Primeiro. Os prazos de que tratam esta cláusula poderão, durante seu transcurso, ser prorrogados, desde que haja motivação e conveniência para tal.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
RECURSOS: 1701/1142- Outras Transferência de convênios ou instrumentos congêneres do Estado/ Drenagem Urbana -Conv.FPE 2048/2026.
ÓRGÃO: 05- Sec.Mun.de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito
UNIDADE: 01- Sec.de Obras e órgãos Subordinados

PROJETO/ATIVIDADE: 17.512.0014.1.087- Implantação de Drenagem Urbana -Conv.FPE 2048/2026
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51- Obras e Instalações (255)
4.4.90.51.99- Outras Obras e Instalações (8078)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês calculados pró-rata dia, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO

O reajustamento do valor relativo ao presente contrato Poderá ser realizado através de:

I- Reajustamento em sentido estrito, desde que ultrapassado o período mínimo de 12 (doze) meses da data-base vinculada à data do orçamento estimado, através do índice IPCA;

II- Repactuação no caso de regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra ou de predominância de mão-de-obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos, após o período mínimo de 12 (doze) meses:

a) da data de apresentação da proposta para os custos decorrentes do mercado;

b) da celebração do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada para os custos de mão-de-obra.

Parágrafo único. Em sendo solicitada a repactuação, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA NONA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetivade risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

I- Emitir a Ordem de Início de Obra após a formalização do contrato, a comprovação da manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e a disponibilização das condições necessárias ao início da execução;

II- Designar formalmente gestor e fiscal, ou equipe de fiscalização, para acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e técnicos;

III- Exercer a fiscalização da execução por servidor público designado, sem prejuízo de apoio técnico especializado, verificando a conformidade dos serviços com os projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas e orientações formalmente emitidas

IV- Acompanhar o avanço físico da obra e verificar sua compatibilidade com o cronograma físico-financeiro integrante da contratação;

V- Registrar as ocorrências verificadas durante a execução contratual, inclusive no diário de obra, e aplicar glosas sobre os serviços não aceitos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VI- Comunicar formalmente à CONTRATADA as não conformidades identificadas, com indicação da irregularidade constatada, da providência corretiva exigida e do prazo fixado para regularização

VII- Emitir o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, após a realização de verificação preliminar pela fiscalização;

VIII- Emitir o termo circunstanciado de recebimento definitivo após a verificação da conformidade da obra com os projetos, memoriais, planilha e condições contratuais, bem como após o saneamento das inconformidades identificadas, subsistindo a responsabilidade da contratada durante o período de garantia legal e contratual;

IX- Efetuar o pagamento por etapas do cronograma físico-financeiro, de acordo com as metas de resultado atingidas e aceitas pela fiscalização, mediante apresentação da documentação fiscal, atestação da despesa e observância das retenções legais e das glosas incidentes sobre etapas não concluídas ou não aceitas;

X- Verificar a manutenção das medidas de segurança e da sinalização nas áreas de obra, bem como a atualização do diário de obra, da responsabilidade técnica e dos documentos vinculados às medições;

XI- Verificar a qualidade executiva dos serviços, inclusive a ausência de defeitos, falhas de assentamento, inadequações de compactação e demais inconformidades;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I- Executar integralmente a obra de drenagem pluvial urbana em seis trechos, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o Projeto Básico (projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro) e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

II- Fornecer todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, sinalização, insumos e demais recursos necessários à conclusão do objeto sem ônus adicional ao CONTRATANTE;

III- Cumprir as determinações formais emitidas pela gestão e pela fiscalização, sem alteração das condições técnicas definidas para o objeto e sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e adequação dos serviços executados;

IV- Manter responsável técnico legalmente habilitado como interlocutor perante o CONTRATANTE e providenciar, antes do início dos serviços técnicos de engenharia, ART/RRT ou documento equivalente aplicável;

V- Promover a coleta, o transporte e a destinação ambientalmente adequados dos resíduos gerados pela obra, inclusive dos materiais provenientes da escavação e da retirada da tubulação existente.

VI- Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na

prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
VII- Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
VIII- Caso haja atraso apresentar plano de recuperação com novo cronograma detalhado e medidas corretivas, quando o avanço físico ficar abaixo da meta ou quando solicitado pela fiscalização, no prazo estabelecido pela Administração;
IX- Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

X- Manter equipe técnica compatível com o porte da obra, diário de obra atualizado e comunicação permanente com a fiscalização municipal.

XI- Observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis, a legislação de segurança e saúde no trabalho e as Normas Regulamentadoras pertinentes.

XII- Realizar a implantação das redes, caixas de inspeção e demais elementos previstos, incluindo a remoção da tubulação existente comprometida nos locais definidos em projeto.

XIII- Realizar a correção, sem ônus adicional para a Administração, das não conformidades e dos defeitos identificados durante a execução, o recebimento ou o período de garantia legal e contratual aplicável;

XIV- Apresentar a documentação técnica de execução e dos registros exigidos para o recebimento dos serviços;

XV- Apresentar, ao final da obra, relatório conclusivo com a consolidação das etapas executadas, e os documentos técnicos aplicáveis;

XVI- Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, admitida a subcontratação apenas nos termos e limites da Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

I. Fica vedada a subcontratação integral do objeto, bem como a transferência da responsabilidade técnica, operacional, administrativa ou contratual da CONTRATADA perante o CONTRATANTE.
II. A subcontratação parcial de serviços acessórios ou especializados dependerá de autorização prévia, expressa e escrita do CONTRATANTE, precedida da apresentação, pela CONTRATADA, da identificação da subcontratada, da descrição precisa dos serviços, da demonstração de capacidade técnica compatível e dos documentos de regularidade exigidos pela fiscalização.
III. A subcontratação não abrange a responsabilidade técnica principal pela obra, a coordenação da execução, a gestão das frentes de serviço, a medição dos serviços, o cumprimento do cronograma físico-financeiro, a segurança da obra, o fornecimento dos materiais especificados nem as obrigações essenciais assumidas pela CONTRATADA no certame.
IV. A CONTRATADA permanecerá integral e exclusivamente responsável perante o CONTRATANTE pela qualidade, conformidade técnica, segurança, prazos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais e demais obrigações relacionadas aos serviços subcontratados, sem formação de vínculo jurídico, trabalhista ou contratual entre o CONTRATANTE e a subcontratada.

V. A subcontratada observará integralmente os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas da ABNT, Normas Regulamentadoras, exigências ambientais, regras de segurança e saúde no trabalho, determinações da fiscalização e demais documentos integrantes da contratação.
VI. A execução de serviços por subcontratada sem a autorização prevista nesta cláusula caracteriza inadimplemento contratual e sujeita a CONTRATADA às sanções cabíveis, sem prejuízo da determinação de imediata substituição, paralisação ou refazimento dos serviços executados em desconformidade.
VII. A autorização concedida pelo CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de corrigir, reconstruir, substituir ou refazer, sem ônus adicional, os serviços ou materiais que apresentem defeitos, falhas, inadequações ou desconformidades verificadas pela fiscalização ou no recebimento da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
Para todos os efeitos legais, o Responsável Técnico da CONTRATADA para execução do presente contrato é o(a) Sr.(Sra.)_____, registrado no _____ (CREA/CAU) sob o nº_____, que deverá recolher_____(ART/RRT) e comprovar o recolhimento perante o município de Lagoa dos Três Cantos/RS.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO DO CONTRATO
14.1. A Gestão e fiscalização do objeto contratado serão exercidas conforme segue:
a) Pelo Gestora de Contratos, Sra. Mariane Marangon dos Santos Gehrke que deverá acompanhar administrativamente a execução contratual, controlar os prazos, adotar as providências necessárias à manutenção da regularidade do ajuste, registrar e encaminhar as ocorrências que demandem decisão administrativa, controlar a tramitação das medições, dos pagamentos, das garantias e dos demais documentos contratuais, bem como promover os atos necessários à execução, à alteração, à prorrogação e ao encerramento do Contrato, observadas as competências da autoridade competente.
b) Pelo Fiscal, Sr. Jardel Luan Schumann, responsável pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Trânsito de Lagoa dos Três Cantos/RS que deverá acompanhar e fiscalizar a execução física e técnica da obra, mediante vistorias nas frentes de serviço, conferência das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, observando a conformidade da execução com o Termo de Referência, os projetos, os memoriais descritivos, as planilhas orçamentárias, o cronograma físico-financeiro e os demais documentos técnicos integrantes do processo.
PARAGRAFO ÚNICO- A atuação do gestor e do fiscal não reduz, não transfere nem exclui a responsabilidade técnica, civil, trabalhista, ambiental e contratual da CONTRATADA, que responde pela qualidade, solidez, segurança, funcionalidade e correta execução integral da obra, inclusive pela correção das falhas, vícios, defeitos e não conformidades identificados durante a execução, o recebimento ou o período de garantia legal e contratual aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA MEDIÇÃO
15.1. As medições serão realizadas de acordo com as etapas, os serviços e os percentuais efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, a planilha orçamentária e os documentos técnicos.
15.2. A medição somente contemplará serviços efetivamente executados, tecnicamente conformes,

comprovados por registros de campo, vistorias, relatórios, documentos de execução e demais elementos exigidos pela fiscalização.

15.3. Apresentação de responsabilidade técnica compatível com a execução da obra, inclusive ART /RRT, antes da primeira medição.

15.4. A cada eventual alteração contratual que afete os prazos mencionados nesta cláusula, será acordado novo cronograma para as obras e serviços a se realizarem.

15.5. Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados sem a autorização da CONTRATANTE.

15.6. As glosas decorrentes de serviços não executados, executados em desacordo com as especificações, sem qualidade comprovada ou sujeitos a pendências de correção serão formalmente registradas pela fiscalização, sem prejuízo da exigência de refazimento e da aplicação das sanções cabíveis.

15.7. Processada a medição, a CONTRATANTE comunicará o valor apurado, sendo que apenas após este ato será possível que a CONTRATADA emita fatura referente aos serviços executados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. A entrega da obra irá ocorrer de forma compatível com o cronograma físico-financeiro e com as medições aprovadas pela fiscalização municipal, no prazo de execução de até 4 (quatro) meses contados da emissão da respectiva ordem de inicio. Cada etapa é acompanhada mediante vistorias, registros de execução, verificação dos quantitativos realizados e conferência da conformidade com os projetos, memoriais e demais especificações técnicas.

16.2. O recebimento provisório será formalizado pela fiscalização mediante verificação preliminar no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da comunicação escrita da contratada acerca da conclusão da obra.

16.3. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada e ocorrerá após a verificação da conformidade da obra com os projetos, memoriais, planilha e condições contratuais, bem como após o saneamento das inconformidades identificadas, subsistindo a responsabilidade da contratada durante o período de garantia legal e contratual no prazo de até 90 (noventa) dias, mediante termo detalhado que ateste a adequação do objeto aos termos contratuais.

19.4. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, bem como ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

Parágrafo único. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DO OBJETO

A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de 5 (cinco) anos contado do recebimento definitivo da respectiva obra, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da estrutura, nos termos do art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021. Verificado, nesse período, vício, defeito ou incorreção, a contratada fica responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias, sem ônus para a Administração,

ressalvadas as hipóteses de causa excludente de responsabilidade legalmente admitidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. Será exigida do vencedor da licitação **GARANTIA CONTRATUAL DE 5% (CINCO POR CENTO)** do valor inicial do contrato, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, conforme regulamentação aplicável.

18.2. Na modalidade de caução em dinheiro, a importância deverá ser depositada na conta corrente nº 04.000026.0-6, Agência 0937 – Tapera, do Banco Banrisul (Banco nº 041), de titularidade do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS, CNPJ nº 94.704.277/0001-49.

18.3. Caso a licitante opte por caução em dinheiro, mediante depósito, este deverá ser identificado em nome da empresa licitante.

18.4. O contratado terá o **prazo de 5(cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, a critério da Administração, mediante justificativa, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia, quando optar pela modalidade seguro garantia.

18.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou retribuída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES

Nos termos do disposto no Art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, pela inexecução parcial ou total deste contrato, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo:

a) advertência, no caso inexecução parcial do contrato e a infração não justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa, de natureza compensatória e moratória, aplicada da seguinte forma:

b.1) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto desta licitação, incidente sobre o valor do bem entregue em atraso, limitada a 10% (dez por cento);

b.2) multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de entrega do objeto desta licitação em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, inexecução parcial ou descumprimento de obrigações contratuais;

b.3) multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução total do objeto desta licitação, recusa injustificada em celebrar ou cumprir a contratação, ou prática de ato que inviabilize a finalidade da contratação.

c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão

licitante, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses e prazos:

c.1) Pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, nas hipóteses de: deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; e ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;

c.2) Pelo prazo de 2 (dois) a 3 (três) anos, nas hipóteses de: dar causa à inexecução parcial da(o) ata/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, aí incluída a entrega do objeto em desconformidade grave com as especificações técnicas da contratação; e dar causa à inexecução total da(o) ata/contrato.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

d.1) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, inclusive quanto à certificação técnica do profissional indicado;

d.2) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d.3) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d.4) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d.5) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro: Nas hipóteses das alíneas c.1 e c.2, se a gravidade da conduta, os danos causados à Administração ou ao interesse coletivo e os antecedentes da contratada assim o justificarem, a autoridade competente poderá, motivadamente, aplicar a sanção de declaração de inidoneidade prevista na alínea d, em substituição ao impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: As multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Município e, quando insuficientes, cobradas judicialmente, nos termos do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: A multa prevista na alínea b poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a, c e d, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Quarto: A aplicação da sanção de multa, prevista na alínea b, será precedida de defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, prevista na alínea c, e de declaração de inidoneidade, prevista na alínea d, requererá a instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que intimará a contratada para apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Quinto: A dosimetria das sanções observará, nos termos do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os danos que dela provieram para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pela contratada

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO

As hipóteses que constituem motivo para rescisão contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, por:

I- Ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto nos casos em que esta tenha dado causa à extinção;

II- Consensual, desde que haja interesse e seja conveniente para aCONTRATANTE;

III- Por decisão arbitral ou judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Tapera/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3(três) vias de igual teor e forma.

Lagoa dos Três Cantos/RS, ...de .....de 2026.

SERGIO ANTONIO LASCH
Prefeito Municipal

ASSESSORA JURÍDICA
OAB/RS 86.014
Luana Köhler

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

1-_____ 2-_____